

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	10
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	11
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	12
1.10 Informações de sociedade de economia mista	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	16
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	17
1.13 Acordos de acionistas	19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	21
1.16 Outras informações relevantes	22
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	23
2.2 Resultados operacional e financeiro	36
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	38
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	39
2.5 Medições não contábeis	47
2.6 Eventos subsequentes as DFs	48
2.7 Destinação de resultados	49
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	53
2.10 Planos de negócios	54
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	56
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	57
3.2 Acompanhamento das projeções	58

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	59
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	95
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	96
4.4 Processos não sigilosos relevantes	99
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	105
4.6 Processos sigilosos relevantes	106
4.7 Outras contingências relevantes	107
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	108
5.2 Descrição dos controles internos	109
5.3 Programa de integridade	111
5.4 Alterações significativas	115
5.5 Outras informações relevantes	116
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	117
6.3 Distribuição de capital	121
6.4 Participação em sociedades	122
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	123
6.6 Outras informações relevantes	124
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	126
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	128
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	129
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	130
7.4 Composição dos comitês	136
7.5 Relações familiares	137
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	138
7.7 Acordos/seguros de administradores	139
7.8 Outras informações relevantes	140
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	141

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	142
8.3 Remuneração variável	146
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	147
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	148
8.6 Outorga de opções de compra de ações	149
8.7 Opções em aberto	150
8.8 Opções exercidas e ações entregues	151
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	152
8.10 Outorga de ações	153
8.11 Ações entregues	154
8.12 Precificação das ações/opções	155
8.13 Participações detidas por órgão	156
8.14 Planos de previdência	157
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	158
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	159
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	160
8.18 Remuneração - Outras funções	162
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	163
8.20 Outras informações relevantes	164
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	165
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	166
9.4 Outras informações relevantes	167
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	168
10.2 Alterações relevantes	169
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	170
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	171
10.5 Outras informações relevantes	172
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	173

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	174
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	179
11.3 Outras informações relevantes	184
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	185
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	186
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	187
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	190
12.5 Mercados de negociação no Brasil	191
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	192
12.7 Títulos emitidos no exterior	193
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	194
12.9 Outras informações relevantes	195
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	196
13.1 Declaração do diretor presidente	197
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	200
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do Emissor

1.1. Histórico do emissor

A CLI Sul S.A. (“Companhia” ou “CLI Sul”) é uma sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a qual foi constituída em 25 de agosto de 2021, não tendo conduzido qualquer atividade comercial ou operacional entre a data de sua constituição e 30 de abril de 2024. Atualmente, opera no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no porto de Santos, região sudeste do Brasil.

Em junho de 2022, sua atual controladora Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI Norte”) passou a ser acionista da Companhia para viabilizar a aquisição, pela Companhia, de 80% (oitenta por cento) da participação acionária detida pela Rumo S.A. (“Rumo”) na Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), sociedade por ações com sede na Avenida Princesa Izabel, s/nº, Armazéns Internos XVI e XVII Armazéns Externos, IV, V, IX X, XIV XV, XIX XX, XXIII e XVI na cidade de Santos, Estado de São Paulo, prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de *commodities*, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

Aquisição da Elevações Portuárias S.A.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a aquisição de 80% (oitenta por cento) da participação acionária detida pela Rumo na EPSA, operadora da área SSZ-29 no Porto de Santos (antigos terminais T16 e T19) (“Aquisição da EPSA”). Em 14 de novembro de 2022, foi concluída a Aquisição da EPSA junto à Rumo, e a partir dessa data: **(i)** o controle acionário da EPSA passou a ser detido pela Companhia, passando a Rumo a deter apenas 20% do capital social da EPSA; **(ii)** o objeto social e a atividade preponderante da Companhia foram ajustados para prever, diretamente ou pela participação em outras companhias, a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de *commodities*. Com isso, a Companhia passou a oferecer uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque; e **(iii)** a Companhia, por meio de sua controlada EPSA, passou a deter a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, com prazo até março de 2036. **Para mais informações sobre a Aquisição da EPSA, veja o item 1.12 deste Formulário de Referência.**

1ª emissão de debêntures da CLI Sul

Em 14 de outubro de 2022, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões reais), totalmente subscritas em outubro de 2022 (“1ª Emissão de Debêntures da Companhia”). A 1ª Emissão de Debêntures teve como destinação de

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.1 Histórico do emissor

recursos o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital social de emissão da EPSA. **Para mais informações sobre a 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures da Companhia, veja o item 12.3 deste Formulário de Referência.**

Incorporação da Elevações Portuárias S.A.

Em 29 de abril de 2024, foi aprovada a incorporação da EPSA pela Companhia, com efeitos a partir de 30 de abril de 2024 ("Incorporação").

A Incorporação foi aprovada pela ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") em 15 de março de 2024, conforme o Acórdão nº 100-2024, e o "Contrato de Arrendamento PRES nº 05/96" foi transferido à Companhia por meio da celebração de termo aditivo entre a Companhia, a EPSA, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Autoridade Portuária de Santos, com a interveniência da ANTAQ, que também incluiu a alteração de outros termos e condições do Contrato de Arrendamento, em consonância com a Nota Técnica nº 63/2023/CGAR-SNPTA-MPOR/DNOP-SNPTA-MPOR, a fim de (i) alterar o rol de investimentos obrigatórios previstos no Contrato de Arrendamento, (ii) a formalização da recomposição do equilíbrio econômico- financeiro do Contrato de Arrendamento referente ao segundo ciclo de investimentos, com a quitação do VPL calculado pela ANTAQ no âmbito do Acórdão no 155- 2023-ANTAQ, e (iii) consequente revisão dos valores pactuados no Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento, incluindo cláusulas relacionadas ao valor do contrato, valor de arrendamento e a investimentos futuros.

Adicionalmente, a Incorporação resultou: **(i)** em um aumento de capital da Companhia, o qual foi subscrito pela Rumo (antiga acionista minoritária da EPSA), que passou a deter 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, por meio da emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando, a CLI Norte a deter 80% (oitenta por cento) da Companhia; **(ii)** na alteração do objeto social da Companhia, que passou a contar com a atividade de operador portuário; **(iii)** na eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** na reforma e consolidação do estatuto social da Companhia; e **(v)** no pagamento de preço de aquisição adicional à Rumo pela Aquisição da EPSA. **Para mais informações sobre a Incorporação e sobre a Aquisição da EPSA, veja o item 1.12 deste Formulário de Referência.**

Ademais, ante a Incorporação, a Companhia sucedeu a EPSA, na qualidade de emissora da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, no valor total de R\$196.000.000,00 (cento e noventa e seis milhões de reais), totalmente subscritas em novembro de 2023 ("Debêntures") por securitizadora para compor o lastro de certificados de recebíveis imobiliários, no âmbito de uma operação de securitização ("1ª Emissão de Debêntures da EPSA"). A 1ª Emissão de Debêntures da EPSA teve como finalidade o reembolso e pagamentos futuros de despesas de natureza imobiliária. A 1ª Emissão de Debêntures da EPSA,

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.1 Histórico do emissor

que foi sucedida pela Companhia em virtude da sua incorporação, foi colocada de forma privada, exclusivamente para a securitizadora, sem intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contou com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado. **Para mais informações sobre a 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures da EPSA realizada pela Companhia, veja o item 12.3 deste Formulário de Referência.**

Concessão do Terminal Portuário

Em vista da Incorporação, a Companhia passou a deter a concessão de serviços de terminais portuários no porto de Santos, com prazo até março de 2036, passando a ser a prestadora direta de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de *commodities*, por meio da oferta de uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12- Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão são extintos por: **(i)** término do prazo contratual; **(ii)** encampação; **(iii)** caducidade; **(iv)** rescisão; **(v)** anulação e falência; ou **(vi)** extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido; e
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis. Tal custo residual estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas]

Visão Geral

No Porto de Santos, a Companhia é um dos 11 operadores de terminais de grãos sólidos vegetais do porto organizado, sendo responsável por embarcar açúcar, milho e soja produzidos em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

A Companhia é responsável pela operação da área SSZ-29 com 11 armazéns de grãos e açúcar, 11 moegas (5 ferroviárias e 6 rodoviárias) e 3 carregadores de navios (antigamente conhecidos como terminais T16 e T19). Sua capacidade atual de elevação é de 16 milhões de toneladas por ano e mais de 500 mil toneladas de capacidade de armazenamento estático.

Para acompanhar o crescimento das exportações de grãos no Brasil, a Companhia tem a intenção de investir para ampliação de sua capacidade, com novas instalações e equipamentos para aumento de produtividade do terminal.

Destaques Financeiros:

Em virtude da data de aquisição da Companhia pela sua controladora, CLI Norte, em 24 de junho de 2022, a Companhia apresenta apenas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma vez que não possui demonstrações financeiras individuais referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir mostra o nosso resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

<i>(em milhares de reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022 Reapresentado
EBITDA ⁽¹⁾	315.336	7.129
Receita Líquida	671.177	38.069
Margem EBITDA ⁽²⁾	46,98%	18,73%
Dívida Bruta ⁽³⁾	995.918	804.245
Dívida Líquida ⁽⁴⁾	749.131	375.932
Dívida Líquida/EBITDA	2,38	N/A

⁽¹⁾ O "EBITDA" (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

⁽²⁾ A Margem EBITDA refere-se ao percentual do EBITDA sobre a Receita Líquida da Companhia.

⁽³⁾ A Dívida Bruta refere-se à soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

⁽⁴⁾ A Dívida Líquida é uma medição não contábil representada pela Dívida Bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) Características do processo de distribuição

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d) Eventual sazonalidade

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.5 Principais clientes

1.5. Principais clientes

a) *montante total de receitas provenientes do cliente*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

b) *segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal

a) *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

b) *principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

c) *dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

d) *contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:*

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7. Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior*****a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Efeitos da Regulação Estrangeira

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Informações Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia iniciou a publicação anual do seu Relatório de Sustentabilidade no ano de 2024, o qual abrange os dados reportados no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

A Companhia conta com Comitê de ESG (*Environmental, Social and Governance Committee*) e WHS (*Work Health and Safety*), os quais são responsáveis pela revisão prévia das informações relatadas.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório de Sustentabilidade 2023 foi elaborado com base nas Normas GRI (*Global Reporting Initiative*) e com as orientações de Relato Integrado do Internacional Integrated Reporting Council (IIRC).

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório de Sustentabilidade 2023 não foi auditado ou revisado por entidade independente. Não obstante, a Companhia avalia a possibilidade da contratação de auditor para fins da revisão do relatório.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade pode ser encontrado na página da própria Companhia (<https://cli-br.com/ri/clisul-sobre/clisul-sustentabilidade/>) e na Central de Sistemas da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A materialidade da Companhia é resultado de um processo que buscou compreender como as principais partes interessadas da Companhia, internos e externos, percebem os impactos de sua atuação no curto, médio e longo prazo.

Em atenção aos principais protocolos nacionais e internacionais de sustentabilidade e investimento responsável, a Companhia identificou doze temas prioritários para a sua estratégia:

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- i. Emprego digno;
- ii. Saúde, segurança e bem-estar do colaborador;
- iii. Cadeia de consumo e produção responsáveis;
- iv. Gestão de resíduos;
- v. Transparência institucional;
- vi. Ética nos negócios;
- vii. Gestão de riscos;
- viii. Compliance e Governança;
- ix. Inovação;
- x. Infraestrutura responsável, moderna e resiliente;
- xi. Diversidade, equidade e inclusão;
- xii. Gestão estratégica climática.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A Companhia está comprometida em contribuir para o alcance da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (“ONU”), que tem como objetivo engajar organizações de todo o mundo em prol de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (“ODS”). Os temas prioritários identificados pela matriz de materialidade indicam a priorização de 7 ODS:

- i. 5 - Igualdade de gênero;
- ii. 8 - Trabalho decente e crescimento econômico;
- iii. 9 - Indústria, inovação e infraestrutura;
- iv. 10 - Redução das desigualdades;
- v. 12 - Consumo e produção sustentáveis;
- vi. 13 - Ação contra a mudança global do clima;
- vii. 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Companhia não considera em seu Relatório de Sustentabilidade as recomendações da TCFD ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia realiza o inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa ("GEE"), com base nas metodologias consistentes com o Programa Brasileiro do GHG Protocol e o Greenhouse Gas Protocol ("GHG"). As informações coletadas compreendem os seguintes escopos: **(i)** emissões diretas; **(ii)** emissões indiretas por compra de energia; e **(iii)** outras emissões indiretas. O relatório é submetido à auditoria de terceira parte.

Até o momento do arquivamento desta versão do formulário de referência, a Companhia não havia divulgado publicamente o seu inventário de GEE.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:***(i) a não divulgação de informações ASG***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG por meio de seu Relatório de Sustentabilidade.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

O Relatório de Sustentabilidade 2023 não foi objeto de auditoria ou revisão por auditor independente. Entretanto, a Companhia está considerando a contratação de auditor para esse fim.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Em relação às ODS o item é não aplicável, tendo em vista que a Companhia considera os ODS no seu Relatório de Sustentabilidade 2023.

Em relação à TCFD, a Companhia avalia a inclusão das suas recomendações nos futuros relatórios.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Informações de sociedade de economia mista

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não é sociedade de economia mista.

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não aplicável, considerando que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não realizou operações que não se enquadrem como normais em seus negócios.

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**1.12. Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

Operação	Aumento de Capital da Companhia
Descrição	Aumento de capital no valor de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), mediante a emissão de 800.000.000 (oitocentas milhões) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de novembro de 2022.

Operação	Aquisição da EPSA														
Descrição	Aquisição, pela Companhia, de 80% (oitenta por cento) da participação acionária detida pela Rumo na EPSA, pelo valor de R\$1.524.093.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte e quatro milhões e noventa e três mil reais), passando a Rumo a deter apenas 20% do capital social da EPSA. Com a incorporação da EPSA (conforme abaixo descrita), a Companhia fez um pagamento de preço adicional para a Rumo no valor de R\$168.855.269,06 (cento e sessenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e seis centavos).														
Quadro societário antes da operação	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Ações</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rumo</td> <td>672.397.257</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>672.397.257</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>			Acionista	Ações	Percentual	Rumo	672.397.257	100%	Total	672.397.257	100%			
Acionista	Ações	Percentual													
Rumo	672.397.257	100%													
Total	672.397.257	100%													
Quadro societário depois da operação	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Ações</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rumo</td> <td>134.479.451</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>CLI Sul</td> <td>537.917.806</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>672.397.257</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>			Acionista	Ações	Percentual	Rumo	134.479.451	20%	CLI Sul	537.917.806	80%	Total	672.397.257	100%
Acionista	Ações	Percentual													
Rumo	134.479.451	20%													
CLI Sul	537.917.806	80%													
Total	672.397.257	100%													
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	A aquisição foi divulgada pela Rumo, conforme fatos relevantes divulgados em 15 de julho de 2022 e 15 de novembro de 2022, os quais podem ser encontrados em: https://ri.rumolog.com/divulgacoes-e-documentos/avisos-comunicados-e-fatos-relevantes/ .														

Operação	Redução de Capital da Companhia
Descrição	Redução do capital social da Companhia no valor de R\$365.000.000,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões de reais), mediante o cancelamento de 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus. Com a efetivação da redução do capital, o capital social da Companhia passou de R\$800.000.500,00 (oitocentos milhões e quinhentos reais) para

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

	R\$435.000.500,00 (quatrocentos e trinta e cinco milhões e quinhentos reais), dividido em 435.000.500 (quatrocentas e trinta e cinco milhões e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de dezembro de 2023.

Operação	Incorporação da EPSA e Aumento de Capital da Companhia														
Descrição	Com efeito a partir de 30 de abril de 2024, a Companhia realizou a incorporação de sua subsidiária EPSA (“ <u>Incorporação</u> ”). A Incorporação, dentre outros, resultou em um aumento de capital da Companhia no montante de R\$55.227.607,96 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e sete reais e noventa e seis centavos), o qual foi subscrito pela Rumo (antiga acionista minoritária da EPSA), que passou a deter 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, por meio da emissão de 108.750.125 (cento e oito milhões, setecentas e cinquenta mil e cento e vinte e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, enquanto a CLI Norte passou a deter 80% (oitenta por cento) da Companhia.														
Quadro societário antes da operação	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Ações</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CLI Norte</td> <td>435.000.500</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>435.000.500</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>			Acionista	Ações	Percentual	CLI Norte	435.000.500	100%	Total	435.000.500	100%			
Acionista	Ações	Percentual													
CLI Norte	435.000.500	100%													
Total	435.000.500	100%													
Quadro societário depois da operação	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Ações</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CLI Norte</td> <td>435.000.500</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>Rumo</td> <td>108.750.125</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>543.750.625</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>			Acionista	Ações	Percentual	CLI Norte	435.000.500	80%	Rumo	108.750.125	20%	Total	543.750.625	100%
Acionista	Ações	Percentual													
CLI Norte	435.000.500	80%													
Rumo	108.750.125	20%													
Total	543.750.625	100%													
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	A Incorporação foi divulgada pela Companhia, conforme fato relevante divulgado em 29 de abril de 2024, que pode ser encontrado em: https://cli-br.com/ri/clisul-sobre/clisul-comunicados-ao-mercado/														

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.13 Acordos de acionistas**1.13. Acordos de acionistas**

Operação	Celebração de Acordo de Acionistas
Identificação do Acordo de Acionistas	"Acordo de Acionistas da Corredor Logística e Infraestrutura S.A." celebrado entre PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior, SOPP Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e Corredor Logística e Infraestrutura S.A. como interveniente anuente.
Data	14 de novembro de 2022
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Acordo de Acionistas da Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

Operação	Celebração do Aditamento ao Acordo de Acionistas
Identificação do Acordo de Acionistas	"Acordo de Acionistas da CLI Sul S.A." celebrado entre Rumo S.A., Corredor Logística e Infraestrutura S.A., e CLI Sul S.A. como interveniente anuente.
Data	29 de abril de 2024
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Acordo de Acionistas da CLI Sul S.A.

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Alterações significativas na condução dos negócios

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1. Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

As informações financeiras contidas no item “2. *Comentários dos Diretores*” deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item “2. *Comentários dos Diretores*”, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua antiga controlada EPSA, que foi adquirida em 14 de novembro de 2022 e incorporada em 30 de abril de 2024. Sendo assim, não estão sendo apresentados saldos consolidados para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, e a comparabilidade ficou sem efeito.

A Companhia foi constituída em 25 de agosto de 2021 e tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras companhias, a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de *commodities*, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque. A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, região sudeste do Brasil.

No exercício de 2022, a Companhia foi adquirida pela atual controladora, CLI Norte, por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da EPSA, de acordo com a estratégia de negócios da Companhia.

Em virtude da data de aquisição da Companhia pela sua controladora, CLI Norte, em 24 de junho de 2022, não existe saldo comparativo nas demonstrações financeiras individuais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma vez que não possui demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se (i) às informações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e (ii) às informações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas completas e suas respectivas notas explicativas.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros.

Estrutura financeira e patrimonial

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022 (reapresentado)
Empréstimos e financiamentos (circulante)	33.798	23.450
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	962.120	780.795
Dívida Bruta ⁽¹⁾	995.918	804.245
(-) Caixa e equivalentes de caixa	246.787	428.313
Dívida Líquida	749.131	375.932
Lucro líquido do exercício ajustado ⁽²⁾	63.639	11.011
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido ajustado ⁽³⁾	29.269	(11.011)
(+) Resultado financeiro, líquido ajustado ⁽⁴⁾	95.386	(9.659)
(+) Depreciação e amortização ajustada ⁽⁵⁾	127.042	14.235
EBITDA Ajustado	315.336	7.129
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ^{(6) (7)}	2,38	N/A
Patrimônio líquido	723.971	1.170.012
Dívida Líquida Ajustada / Patrimônio Líquido	1,03	0,32

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

⁽¹⁾ A Dívida Bruta Ajustada refere-se à soma de empréstimos, financiamentos, debêntures e de passivos de arrendamentos (circulante e não circulante). O conceito de Dívida Bruta Ajustada ora apresentado, diferentemente do constante nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, inclui os passivos de arrendamento (circulante e não circulante).

⁽²⁾ A Dívida Líquida Ajustada é uma medição não contábil representada pela Dívida Bruta Ajustada menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida Ajustada de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida Ajustada é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

⁽³⁾ O "EBITDA" (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, conciliada com suas demonstrações financeiras.

Os diretores acreditam que a Companhia apresenta planos e resultados consistentes, conforme divulgação dos resultados obtidos nos últimos exercícios sociais.

b) Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$435.000.500,00 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 435.000.500 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo):

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022 (reapresentado)	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.453.238	1.245.383	-
Capital próprio (patrimônio líquido)	723.971	1.170.012	-
Capital total (terceiros + próprio)	2.177.209	2.415.395	-
Parcela de capital de terceiros	66,7%	51,6%	-
Parcela de capital próprio	33,3%	48,4%	-

Acima demonstramos a composição da estrutura de capital da Companhia para os exercícios indicados, considerando como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido e como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que o nível de alavancagem financeira, mensurado pela relação dívida líquida ajustada sobre patrimônio líquido, conforme demonstrado no item 2.1.a. acima, continua em nível que acreditam confortável, sobretudo observando empresas comparáveis do setor.

Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tendo em vista o perfil da estrutura de capital da Companhia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Companhia acredita ter condições suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, sendo esta visão embasada pelas informações setoriais e macroeconômicas atualmente disponíveis. A Diretoria acredita que a Companhia tem capacidade para contrair empréstimos para financiar seus investimentos e capital de giro atuais com instituições financeiras, conforme já tem efetuado nos últimos anos. A tabela a seguir mostra a evolução do índice de liquidez corrente da Companhia:

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Ativo Circulante	324.533	480.825	-
Passivo Circulante	347.844	191.597	-
Liquidez corrente ⁽¹⁾	0,93	2,51	-

⁽¹⁾ O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.

Além disso, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Companhia. Caso entenda necessário, a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

Além disso, a Companhia controla as suas necessidades de capital e liquidez por meio do monitoramento da correlação entre a dívida líquida ajustada e o patrimônio líquido. A Administração da Companhia busca manter uma posição de dívida líquida ajustada/patrimônio líquido adequada, visando assegurar que a Companhia tenha capacidade de honrar seus compromissos financeiros associados aos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, com vencimento durante os doze meses subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$246.787, o passivo circulante totalizava R\$347.844, e levando em conta que o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$282.013, os diretores acreditam que a Companhia possui a liquidez e a capacidade de geração de caixa suficiente para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$428.313, o passivo circulante totalizava R\$191.597, e levando em conta que o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$6.099, os diretores acreditam que a Companhia possui a liquidez e a capacidade de geração de caixa suficiente para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: **(i)** fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e **(ii)** endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: **(i)** operação de negócios; **(ii)** desembolso de capital; e **(iii)** exigências de pagamento de seu endividamento.

A Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas:

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$1.094.713, o que representou um aumento de 21,66% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando o saldo era de R\$899.777.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$246.787 em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma diminuição de (42,38%) quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando o saldo era de R\$428.313.

Em 31 de dezembro de 2023, 95,41% da dívida bruta ajustada da Companhia tinha perfil de longo prazo, uma diminuição de 0,24% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando referido percentual era de 95,65%.

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
		(reapresentado)	
Dívida Bruta Ajustada⁽¹⁾	1.094.713	899.777	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	246.787	428.313	-
Dívida Líquida Ajustada⁽²⁾	847.926	471.464	-

⁽¹⁾ A Dívida Bruta Ajustada refere-se à soma de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento (circulante e não circulante).

⁽²⁾ A Dívida Líquida Ajustada é uma medição não contábil representada pela Dívida Bruta Ajustada menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida Ajustada de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida Ajustada é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Os diretores da Companhia acreditam que o perfil da dívida é confortável face seus compromissos e geração de caixa, e que ela está preparada e tem a capacidade de obter novos recursos no mercado se necessário.

(i) Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características das debêntures relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022a saber:

	Taxa de juros (%)	Em 31 de dezembro de		
		2023	2022	2021
		(reapresentado)		
Debênture	CDI + 3,20% a.a.	1.013.285	816.880	-
Custo de Transação		(17.367)	(12.635)	-
Total		995.918	804.245	-
Circulante		33.798	23.450	-
Não Circulante		962.120	780.795	-
		995.918	804.245	-

Emissão de debêntures em 2022

Em outubro de 2022, a CLI Sul realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), totalmente subscritas em

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de EPSA.

Foram emitidas debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais).

As debêntures e sua remuneração serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, tendo a primeira parcela sido devida em 10 de outubro de 2023 e a última será devida em 10 de outubro de 2031.

Emissão de debêntures em 2023 da antiga controlada EPSA

Em 27 de outubro de 2023 a EPSA emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, que, na data de emissão, perfaziam o montante de R\$196.000.000,00 (cento e noventa e seis milhões de reais), os quais lastrearam a emissão dos certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”), que foram ofertados por meio de distribuição pública. As debentures possuem amortizações anuais e iguais do principal a partir de 2031 e pagamento de juros semestrais. Em 31 de dezembro de 2023, os juros provisionados e os custos a amortizar correspondiam a R\$1.943 e R\$8.106, respectivamente.

As debêntures contam com garantia fidejussória, sob a forma de fiança, prestadas pela Companhia e pela CLI Norte.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 2.1(f) acima.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 possui condição contratual ou legal específica de subordinação, exceto no caso de um eventual concurso universal de credores, de forma que a ordem de pagamento das dívidas da Companhia, em um eventual concurso universal de credores, seria determinada de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item “f” acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (covenants) típicas em

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default* e *cross acceleration*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao obrigatório, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

As principais restrições encontram-se descritas abaixo:

Índices Financeiros: as Debêntures da Companhia possuem cláusula de vencimento antecipado na hipótese de descumprimento da medição anual apurada através das demonstrações financeiras da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50; e

Obrigação de medição semestral: apurada através das demonstrações financeiras da Companhia:

- Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") consolidado mínimo de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (*covenants* financeiros) sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Medição dos Covenants Financeiros, considerando o resultado anual apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022 (reapresentado)
Empréstimos e financiamentos (circulante)	33.798	23.450
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	962.120	780.795
Dívida Bruta ⁽¹⁾	995.918	804.245
(-) Caixa e equivalentes de caixa	246.787	428.313
Dívida Líquida	749.131	375.932
Lucro líquido do exercício ajustado ⁽²⁾	63.639	11.011
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido ajustado ⁽³⁾	29.269	(11.011)
(+) Resultado financeiro, líquido ajustado ⁽⁴⁾	95.386	(9.659)
(+) Depreciação e amortização ajustada ⁽⁵⁾	127.042	14.235
EBITDA Ajustado	315.336	7.129
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ^{(6) (7)}	2,38	N/A
Patrimônio líquido	723.971	1.170.012
Dívida Líquida Ajustada / Patrimônio Líquido	1,03	0,32

⁽¹⁾ A Dívida Bruta refere-se à soma de debêntures (circulante e não circulante).

⁽²⁾ O lucro líquido do exercício ajustado para fins de cálculo de *covenants* corresponde ao resultado anual apurado pela Companhia somado ao resultado anual apurado pela EPSA.

⁽³⁾ IRPJ/CSLL corrente e diferido ajustado – considerando os valores combinados com 12 meses de EPSA (antiga controlada).

⁽⁴⁾ Resultado financeiro, líquido ajustado – considerando os valores combinados com 12 meses de EPSA (antiga controlada).

⁽⁵⁾ Depreciação e amortização ajustada – considerando os valores combinados com 12 meses de EPSA (antiga controlada).

⁽⁶⁾ Os *covenants* são medidos de acordo com a escritura da primeira emissão de debêntures da Companhia devendo a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ser menor ou igual a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos), os quais devem

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ser apurados anualmente, até a data de vencimento, na data da disponibilização das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia.

⁽⁷⁾ O exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, continha apenas 46 dias de operações. Para fins de mensuração de covenants financeiros, foi considerado os últimos 12 meses para o EBITDA ajustado, resultando em uma dívida líquida ajustada sobre EBITDA ajustado de 1,46.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* financeiros exigidos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía quaisquer financiamentos e empréstimos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia iniciou suas operações em agosto de 2022 e adquiriu o controle acionário da EPSA em novembro de 2022, portanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía movimentação em suas contas de resultado de fluxo de caixa. Não houve alterações significativas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO****ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia:

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ milhares)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2023		Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2022	
	AV		(reapresentado)	AV
Receita operacional líquida	671.177	100%	38.069	100%
Custo dos serviços prestados	(307.764)	(45,9%)	(21.524)	(56,5%)
Lucro Bruto	363.413	54,1%	16.545	43,5%
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(87.755)	(13,1%)	(14.607)	(38,4%)
Outras receitas (despesas) operacionais	(87.364)	(13,0%)	(9.044)	(23,8%)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	188.294	28,1%	(7.106)	(18,7%)
Receitas Financeiras	60.018	8,9%	5.206	13,7%
Despesas Financeiras	(153.266)	(22,8%)	(18.770)	(49,3%)
Variações cambiais, líquidas	(2.138)	(0,3%)	-	-
Resultado financeiro líquido	(95.386)	(14,2%)	(13.564)	(35,6%)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	92.908	13,8%	(20.670)	(54,3%)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(89.817)	13,4%	(3.422)	(9,0%)
Imposto de renda e contribuição social diferido	60.548	9,0%	13.081	34,4%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.639	9,5%	(11.011)	(28,9%)

Receita Operacional Líquida

A receita líquida totalizou R\$671.177 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de 1.663,05% quando comparado a 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$ 38.069. Este aumento se deu ao fato de o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 corresponder a apenas 1 mês e 16 dias de operação da EPSA, proveniente dos serviços de terminais portuários no Porto de Santos a partir da aquisição da EPSA pela Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o lucro bruto totalizou R\$363.413, o que representou um aumento de 2.096,5% quando comparado a 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$16.545. Este aumento se deu ao fato de o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 corresponder a apenas 1 mês e 16 dias de operação da EPSA, proveniente dos serviços de elevação nos terminais portuários no Porto de Santos desde a aquisição da EPSA pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o lucro bruto representou 54,1% da receita líquida consolidada da Companhia, o que representou um aumento de 10.6% quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento se deve, substancialmente, a melhora no preço de elevação cobrado dos clientes, dado a renovação de contratos, bem como uma melhora operacional substancial, advinda de ações tomadas pela nova gestão na busca de eficácia operacional no uso dos ativos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$87.755 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$14.607. Este aumento ocorreu devido ao período comparativo de apenas 46 dias, desde a aquisição da EPSA pela Companhia. As despesas gerais e administrativas representaram 13,1% da receita líquida consolidada da Companhia, o que representou uma diminuição em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando foi de 38,4%. Esta diminuição se deu em função, principalmente, de um aumento nas receitas devido a melhor performance de preços e operacionais, diluindo as despesas administrativas. Em 31 de dezembro de 2023, as despesas mais relevantes da Companhia se referiam a depreciação e amortização de R\$127.042, pessoal e benefícios de R\$99.532 e gastos com elevação portuária de R\$72.930, ao passo que em 31 de dezembro de 2022 se referiam a despesas com elevação portuária de R\$15.578, depreciação e amortização de R\$14.235 e serviços de terceiros de R\$4.971. A flutuação deve-se ao período comparativo conter apenas 46 dias, período após a aquisição da EPSA pela Companhia.

Outras receitas (despesas), líquidas

As outras receitas (despesas), líquidas totalizaram R\$87.364 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$9.044. Este aumento ocorreu devido ao período comparativo de apenas 46 dias, desde a aquisição da EPSA pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, as despesas mais relevantes da Companhia se referiam a baixa de ativos relacionados ao projeto de cobertura do cais do Porto de Santos que foi descontinuado no montante de R\$41.101 e dos efeitos de atualização de saldos a pagar em combinação de negócios de R\$36.307.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado financeiro líquido alcançou R\$95.386, o que representou um aumento de 714,77%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou 11.707. Este aumento se deu em função do exercício comparativo conter apenas 46 dias, contados a partir da aquisição da EPSA pela Companhia, bem como de aquisição de novo empréstimo no montante de R\$196.000 em setembro de 2023.

A despesa financeira mais relevante em 31 de dezembro de 2023, refere-se a juros sobre empréstimos obtidos no montante de R\$133.530, sendo que no exercício de encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$16.880.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA****ANÁLISE COMPARATIVA DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO 2022**

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
(em R\$ milhares)	(reapresentado)		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	282.013	6.099	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(19.480)	(1.163.744)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(444.059)	1.585.957	-

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado em atividades de investimentos na aquisição de imobilizados e intangíveis totalizou R\$19.480 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma diminuição quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quanto totalizou R\$1.163.744. Esta diminuição se deve ao fato que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi pago na aquisição da EPSA, líquido do caixa adquirido, o montante de R\$1.161.431.

Atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado em atividades de financiamentos totalizou R\$444.059 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando gerou caixa líquido de R\$2.030.016. Este aumento na utilização de caixa ocorreu em decorrência, principalmente, das seguintes transações: (i) de redução de capital de R\$365.000 em 2023 comparado a um aumento de capital de R\$800.000 em 2022, (ii) redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas de R\$99.039, pagamento de juros de R\$123.182 e dividendos pagos de R\$18.959 em 2023; e (iii) captações de empréstimos de R\$187.826 em 2023, comparados a uma captação de R\$787.365 em 2022.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultados operacional e financeiro

Em virtude da data de aquisição da Companhia pela sua controladora, CLI Norte, em 24 de junho de 2022, a Companhia apresenta apenas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras individuais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma vez que não possui demonstrações financeiras individuais referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

a) resultados das operações do emissor:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são principalmente, receitas de provenientes das operações de terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grão no Porto de Santos, na região Sudeste do Brasil. Para maiores detalhes sobre as variações na receita operacional líquida, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Determinados fatores macroeconômicos influenciam diretamente os resultados do setor da Companhia, tais como o crescimento da economia, com redução do desemprego e geração de renda, disponibilidade de crédito e alternativas de captação.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Até o momento, não se apontou variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços na Companhia e sua subsidiária. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas a potenciais impactos nos negócios.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.2 Resultados operacional e financeiro

- **Fertilizantes:** Rússia e Bielorrússia são relevantes exportadores de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.
- **Commodities:** No ano de 2023 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e sua controlada. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua subsidiária. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa (“UGC”) foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de impairment. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases*****a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2***

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os auditores independentes emitiram relatório do auditor sem modificações ou ênfases nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes nas DFs

Em virtude da data de aquisição da Companhia pela sua controladora, CLI Norte, em 24 de junho de 2022, a Companhia apresenta apenas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras individuais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma vez que não possui demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A atividade principal da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e elevação portuária, bem como operação gestão logística e de armazenamento de grãos, através da concessão público-privada de serviços de terminais portuários no Porto de Santos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% (oitenta por cento) da participação acionária na EPSA, operadora da área SSZ-29 (antigos terminais T16 e T19).

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 80% das ações da EPSA. O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago em sua integralidade em dinheiro (inclui liquidação à vista e a prazo).

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida na data da transação:

<i>(em milhares de reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (passivo assumido na data da aquisição)	123.693
Contraprestação a ser transferida na data da transação	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição,

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

com base no laudo econômico-financeiro final de alocação do preço pago, elaborado por empresa de avaliação independente.

No último trimestre de 2023, a Companhia concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e, por isso, reapresentou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em conformidade com o IFRS3/CPC 15 R1) – Combinação de Negócios, CPC23/IAS8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1)/IAS1 – Apresentação das demonstrações contábeis, a fim de divulgar os impactos decorrentes da mensuração final. A comparação entre a alocação provisória e a alocação final, estão descritas abaixo.

Essa contabilização preliminar e final considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia.

Com relação à aquisição da EPSA, a data-base de 01 de dezembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração, em análises subsequentes ao registro preliminar, concluiu que o impacto dos 14 dias entre 16 de novembro e 30 de novembro de 2022, não eram relevantes quantitativamente e qualitativamente para o preparo das Demonstrações Financeiras.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
	Preliminar	Ajustes	Final
Total da contraprestação (I)	1.524.093	-	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	2.188.882	24.548	2.213.430
Caixa	17.119	-	17.119
Aplicações financeiras	221.850	-	221.850
Contas a receber	24.969	-	24.969
Estoque	14.494	(3.046)	11.448
Imposto de renda diferido	16.715	-	16.715
Imobilizado (1)	583.815	46.220	630.035
Direito de uso	84.771	9.991	94.762
Intangível	5.100	-	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588	(53.348)	1.120.240
Ativo indenizatório (4)	41.458	24.731	66.189
Outros ativos	5.003	-	5.003

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(+) Valor justo dos passivos assumidos:	280.611	27.703	308.314
Fornecedores	13.539	-	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987	-	21.987
Adiantamentos	7.124	-	7.124
Obrigações tributárias	92.124	-	92.124
Arrendamentos CP	16.085	(561)	15.524
Passivo registrado a favor da Raízen (7)	-	11.918	11.918
Provisão de riscos (3)	41.171	24.731	65.902
Arrendamentos LP	88.581	(8.385)	80.196
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	1.908.271	(3.155)	1.905.116
Participação de não controladores (III)	381.654	(631)	381.023
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	(42.691)	42.691	-
	338.963	42.060	381.023
(+/-) Outros ajustes (6) (IV)	(8.006)	8.006	-
Reconhecimento de compra vantajosa no resultado findo em 31 de dezembro de 2022 (I-II+III+IV)	(10.530)	10.530	-

(1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo. Em adição, foi reconhecido menos valia no ativo imobilizado no montante de R\$42.576 referente a totalidade do projeto para cobertura do cais de Santos, o qual foi concluído pela inviabilidade técnica em 2022.

(2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período (MEEM), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível. Em adição, visto que os ativos da adquirida refere-se a concessão, o qual serão retornados à concedente ao término do período da concessão, não foi constituído ágio ou compra vantajosa, sendo alocado nessa rubrica.

Em adição, após os doze meses da aquisição e os ajustes finais de alocação do preço de compra, foi identificado a baixa de certos imobilizados que na data da aquisição indevidamente não haviam sido baixados no montante de R\$19.784 (líquido de imposto de renda e contribuição social). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referidos ativos foram baixados e, conseqüentemente, a mais valia do intangível da licença de operação foi ajustado. Dado a imaterialidade do montante, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, as demonstrações financeiras comparativas não foram rerepresentadas em decorrência desse erro.

(3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos. Na alocação final, foi reconhecido passivo contingente relacionado a processos ambientais, identificados posteriormente a alocação preliminar.

(4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a Companhia, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (*closing*). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista e ambientais.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da ESPA pela Companhia ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes preliminares referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários. Posteriormente, em análise mais detalhada, o resultado líquido desses 16 dias foi considerado não relevante e imaterial, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo (R\$9.139 de lucro líquido desses 16 dias). Substancialmente em decorrência desse assunto, a reapresentação do resultado de 2022 foi necessária.

(6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da e foram ajustados na alocação de preço final.

(7) Posterior a alocação preliminar, foi constatado uma renegociação entre a EPSA e a Raízen decorrente de transações comerciais anteriores a aquisição da EPSA pela Companhia. Com isso, esse saldo foi ajustado no balanço de abertura com efeito na alocação de preço final.

Em decorrência desses assuntos supracitados, apresentamos abaixo os saldos reapresentados comparados aos originalmente apresentados.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022 (original)	Ajustes IFRS 3/CPC 15	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2022 (original)	Ajustes IFRS 3/CPC 15	31/12/2022 (reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	182.531	-	182.531	428.313	-	428.313
Contas a Receber	-	-	-	22.780	-	22.780
Estoques	-	-	-	14.922	(3.047)	11.875
Tributos a recuperar	269	-	269	2.269	-	2.269
Partes relacionadas	-	-	-	11.457	-	11.457
Outros créditos	36	-	36	4.131	-	4.131
Total do Ativo Circulante	182.836	-	182.836	483.872	(3.047)	480.825
ATIVO NÃO CIRCULANTES						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	15.315	14.476	29.791
Estoques	-	-	-	-	-	-
Ativo indenizatório	41.171	(41.171)	-	41.171	25.018	66.189
Depósitos judiciais	-	-	-	375	-	375
Investimentos	1.528.507	8.055	1.536.562	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	63.627	-	63.627
Direito de uso	-	-	-	84.241	9.928	94.169
Intangível	-	-	-	1.695.768	(15.349)	1.680.419
Total do Ativo Não Circulante	1.569.678	(33.116)	1.536.562	1.900.497	34.073	1.934.570
Total Ativo	1.752.514	(33.116)	1.719.398	2.384.369	31.026	2.415.395
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	4.925	-	4.925	19.986	-	19.986
Debêntures	23.450	-	23.450	23.450	-	23.450
Obrigações trabalhistas	-	-	-	19.071	-	19.071
Obrigações tributárias	661	-	661	49.583	-	49.583
Passivo de arrendamento	-	-	-	16.188	(558)	15.630
Partes relacionadas	-	-	-	14.340	11.918	26.258
Dividendos a pagar	3.660	(3.660)	-	3.660	(3.660)	-
Outras contas a pagar	-	-	-	37.648	(29)	37.619
Total do Passivo Circulante	32.696	(3.660)	29.036	183.926	7.671	191.597
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Debêntures	780.795	-	780.795	780.795	-	780.795
Passivo de arrendamento	-	-	-	88.234	(8.332)	79.902
Partes relacionadas	123.693	-	123.693	123.693	-	123.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.580	(3.580)	-	3.580	(3.580)	-
Provisão para riscos	-	-	-	44.665	24.731	69.396
Total do Passivo Não Circulante	908.068	(3.580)	904.488	1.040.967	12.819	1.053.786
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	940.764	(7.240)	933.524	1.224.893	20.490	1.245.383
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	800.001	-	800.001	800.001	-	800.001
Reserva de Lucros	11.749	(11.749)	-	11.749	(11.749)	-
Prejuízos acumulados	-	(14.127)	(14.127)	-	(14.127)	(14.127)
Total do Patrimônio Líquido	811.750	(25.876)	785.874	811.750	(25.876)	785.874
Participação de Não Controladores	-	-	-	347.726	36.412	384.138
Total do Patrimônio Líquido	811.750	(25.876)	785.874	1.159.476	10.536	1.170.012
Total Passivo e Patrimônio Líquido	1.752.514	(33.116)	1.719.398	2.384.369	31.026	2.415.395

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Controladora			Consolidado		
	14/11/2022 a 31/12/2022 (Original)	Ajustes IFRS 3/CPC 15	01/12/2022 a 31/12/2022 (reapresentado)	14/11/2022 a 31/12/2022 (Original)	Ajustes IFRS 3/CPC 15	01/12/2022 a 31/12/2022 (reapresentado)
Receita operacional líquida	-	-	-	87.000	(48.931)	38.069
Custo dos serviços prestados				(30.190)	8.666	(21.524)
Lucro Bruto	-	-	-	56.810	(40.265)	16.545
Receitas (despesas) operacionais:						
Despesas gerais e administrativas	(12.121)	-	(12.121)	(12.125)	(2.482)	(14.607)
Resultado de equivalência patrimonial	35.055	(15.914)	19.141	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	10.530	(17.202)	(6.672)	10.637	(19.681)	(9.044)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	33.464	(33.116)	348	55.322	(62.428)	(7.106)
Receitas Financeiras	2.949	-	2.949	5.206	-	5.206
Despesas Financeiras	(17.424)	-	(17.424)	(17.947)	(823)	(18.770)
Variações cambiais, líquidas		-	-	1.034	(1.034)	-
Resultado financeiro líquido	(14.475)	-	(14.475)	(11.707)	(1.857)	(13.564)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	18.989	(33.116)	(14.127)	43.615	(64.285)	(20.670)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-			(11.545)	8.123	(3.422)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.580)	3.580	-	(7.898)	20.979	13.081
Lucro (Prejuízo) do exercício	15.409	(29.536)	(14.127)	24.172	(35.183)	(11.011)
Atribuível a						
Participação dos acionistas da Companhia	15.409	(29.536)	(14.127)	15.409	(29.536)	(14.127)
Participação dos acionistas não controladores	-			8.763	(5.647)	3.116
Lucro (prejuízo) básico por ação (expresso em R\$ por ação)	0,1400	(0,2689)	(0,1289)			

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	14/11/2022 a 31/12/2022	Ajustes IFRS 3/CPC 15	01/12/2022 a 31/12/2022	14/11/2022 a 31/12/2022	Ajustes IFRS 3/CPC 15	01/12/2022 a 31/12/2022
Receitas	10.530	(10.530)	-	102.894	(62.525)	40.369
Vendas de produtos e serviços	-	-	-	92.257	-	40.369
Outras receitas operacionais	10.530	(10.530)	-	10.637	(10.637)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-	-	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(11.385)	(736)	(12.121)	(11.939)	(19.001)	(30.940)
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	-	-	-	(6.968)	-	(15.758)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.385)	(736)	(12.121)	(4.971)	(10.211)	(15.182)
Perda para recuperação de valores ativos, incluindo baixas de ativos	-	-	-	-	-	-
Valor adicionado bruto	(855)	(11.266)	(12.121)	90.955	(81.526)	9.429
Depreciações e amortizações	-	-	(6.672)	(11.682)	-	(14.235)
Valor adicionado produzido pela Entidade	(855)	(17.938)	(18.793)	79.273	(84.079)	(4.806)
Valor adicionado recebido em transferência	38.004	(15.914)	22.090	6.778	(1.572)	5.206
Resultado de equivalência patrimonial	35.055	(15.914)	19.141	-	-	-
Receitas financeiras	2.949	-	2.949	6.778	(1.572)	5.206
Valor adicionado total a distribuir	37.149	(33.852)	3.297	86.051	(85.651)	400
Distribuição do valor adicionado	37.149	(33.852)	3.297	86.051	(85.651)	400
Pessoal	-	-	-	12.821	(12.821)	-
Pessoal	-	-	-	9.911	(9.911)	-
Encargos	-	-	-	2.910	(2.910)	-
Impostos, taxas e contribuições	4.313	(4.313)	-	25.938	(33.297)	(7.359)
Federais	4.313	(4.313)	-	22.080	(31.739)	(9.659)
Estaduais	-	-	-	27	-	-
Municipais	-	-	-	3.831	-	2.300
Remuneração de capitais de terceiros	17.427	(3)	17.424	23.120	(4.350)	18.770
Despesas financeiras	17.424	-	17.424	18.485	285	18.770
Outros	3	(3)	-	4.635	(4.635)	-
Remuneração de capitais próprios	15.409	(29.536)	(14.127)	24.172	(35.183)	(11.011)
Lucros (prejuízo) retidos no período	15.409	(29.536)	(14.127)	15.409	(29.536)	(14.127)
Participação dos acionista não controladores	-	-	-	8.763	-	3.116

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores							
	Capital social	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Reserva legal		Retenção de lucros	Total					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (originalmente apresentad	800.001	770	10.979	11.749	-	811.750	347.726	1.159.476
Ajustes no resultado do exercício	-	-	-	-	(29.536)	(29.536)	(5.647)	(35.183)
Ajustes na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	42.059	42.059
Reversão reservas de lucros	-	(770)	(10.979)	(11.749)	11.749	-	-	-
Reversão de dividendos provisionados em 2022 e não pagos	-	-	-	-	3.660	3.660	-	3.660
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (reapresentado)	800.001	-	-	-	(14.127)	785.874	384.138	1.170.012

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	14/11/2022 a 31/12/2022	Ajustes IFRS 3/CPC 15	01/12/2022 a 31/12/2022 (Reapresentado)	14/11/2022 a 31/12/2022	Ajustes IFRS 3/CPC 15	01/12/2022 a 31/12/2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	15.409	(29.536)	(14.127)	24.172	(44.842)	(20.670)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	-	6.672	6.672	11.682	2.553	14.235
Reversão de demandas judiciais	-	-	-	3.494	(3.494)	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	16.880	-	16.880	18.044	726	18.770
Reconhecimento de compra vantajosa	(10.530)	10.530	-	(10.530)	10.530	-
Resultado de equivalência patrimonial	(35.055)	15.914	(19.141)	-	-	-
Impostos diferidos	3.580	(3.580)	-	19.443	(19.443)	-
Outros	-	-	-	10.398	5.787	16.185
	(9.716)	-	(9.716)	76.703	(48.183)	28.520
Redução/(aumento) em ativos						
Contas a receber de clientes	-	-	-	(46.743)	23.963	(22.780)
Estoque	-	-	-	(428)	-	(428)
Partes relacionadas, líquidas	-	-	-	(11.457)	-	(11.457)
Impostos a recuperar	-	-	-	(493)	-	(493)
Outras contas a receber	(36)	-	(36)	874	-	874
Aumento/(redução) em passivos						
Fornecedores	4.925	-	4.925	(2.772)	-	(2.772)
Obrigações trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	392	-	392	(45.933)	24.220	(21.713)
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	37.648	-	37.648
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(4.435)	-	(4.435)	7.399	-	7.399
Juros pagos	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(1.300)	-	(1.300)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(4.435)	-	(4.435)	6.099	-	6.099
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.400.400)	-	(1.400.400)	(1.163.744)	-	(1.163.744)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	1.587.365	-	1.587.365	1.585.957	-	1.585.957
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa	182.530	-	182.530	428.312	-	428.312
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-	1	1	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	182.531	-	182.531	428.313	-	428.313
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa	182.530	-	182.530	428.312	-	428.312

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram registrados quaisquer eventos ou operações não usuais.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis

a) *informar o valor das medições não contábeis*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

b) *fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

c) *explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes às DFs

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.7 Destinação de resultados**2.7. Destinação de resultados**

Em virtude da data de aquisição da Companhia pela sua controladora, CLI Norte, em 24 de junho de 2022, a Companhia apresenta apenas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras individuais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma vez que não possui demonstrações financeiras individuais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021.

Período	2023	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos do exercício no montante de R\$21.181.414,92 (vinte e um milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa e dois centavos).</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações</p>

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.7 Destinação de resultados

Período	2023	2022
	Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados	56%	Não aplicável.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos do exercício no montante de R\$21.181.414,92 (vinte e um milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa e dois centavos).</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.7 Destinação de resultados

Período	2023	2022
(d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs**2.8. Itens relevantes não evidenciados**

Em virtude da data de aquisição da Companhia pela sua controladora, CLI Norte, em 24 de junho de 2022, a Companhia apresenta apenas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras individuais dos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma vez que não possui demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no seu balanço patrimonial nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

A Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iii. Contratos de construção não terminada; e

A Companhia não possui contratos não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iv. Contratos de recebimento futuros de financiamentos.

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

Em virtude da data de aquisição da Companhia pela sua controladora, CLI Norte, em 24 de junho de 2022, a Companhia apresenta apenas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras individuais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma vez que não possui demonstrações financeiras individuais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.10 Planos de negócios

2.10. Planos de Negócios

A Companhia reforça aos seus acionistas e ao mercado em geral que se reserva no direito de alterar o plano de negócios a qualquer momento caso venham a ocorrer novos desdobramentos em relação a esse tema, bem como por eventuais impactos decorrentes de fatores macroeconômicos e políticos internos ou externos.

a) Investimentos, incluindo:

(i) *descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

A Companhia planeja investir no curto e médio prazo aproximadamente R\$600 milhões, com previsão de início no segundo semestre de 2024. Esses projetos fazem parte do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) que compõem o pleito de recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro (EEF) do contrato de arrendamento, já aprovado junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

(ii) *fontes de financiamento dos investimentos*

A Companhia possui balanço consistente e tem acesso a linhas de crédito de bancos de primeira linha, e pode acessar crédito com entidades de fomento, dado as características de seus projetos, estando em linha com os requisitos exigidos em seus contratos de debentures já firmados.

(iii) *desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não aplicável.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c) novos produtos ou serviços, indicando:

(i) *Pesquisas em andamento*

Não aplicável.

(ii) *Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

(iii) *Projetos em desenvolvimento já divulgados*

2.10 Planos de negócios

Não aplicável.

(iv) *Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

d) *oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG*

A Companhia possui em seu planejamento estratégico iniciativas e projetos que permitem a expansão da operação atrelada ao desenvolvimento sustentável, de modo que os desempenhos operacional e financeiro estejam cada vez mais alinhados com as práticas ASG. Como exemplos, destacamos a aquisição de correias transportadoras mais eficientes, que reduzem a dispersão de particulados em mais de 90% no meio ambiente, a construção de subestação de energia elétrica, com objetivo de alcançar 100% de energia de fonte renovável a partir de 2026 e a aquisição de novo *shiploader*, com maior capacidade e eficiência. Todos estes projetos estão previstos no plano de modernização do terminal de Santos. Além disso, a companhia concluirá até o segundo semestre de 2024 o plano de descarbonização, com o plano de ação para a redução de emissão de gases de efeito estufa.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não foram identificados outros fatores não mencionados nesta seção, que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1. Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Acompanhamento das projeções

a) *informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

b) *quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c) *quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1. Descrição dos fatores de risco

O investimento em quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, devidamente acompanhadas de suas respectivas notas explicativas.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto. Os fatores de risco descritos nesta seção “4. Fatores de Risco” estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para a Companhia, dentro de cada subitem, determinada pela administração da Companhia, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta e na matriz de risco que embasa a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a) à Companhia

Variações climáticas, sazonalidade da safra e pragas ou doenças nas colheitas poderão impactar negativamente a produção agrícola nas fazendas reduzindo a oferta de produtos comercializáveis pelos clientes da Companhia e os nossos resultados.

O setor agrícola é diretamente dependente do clima, sendo que anomalias climáticas podem ter um impacto significativo nas atividades dos clientes da Companhia. Secas, ondas de calor ou frio extremo, geadas e excesso de chuva são alguns dos fenômenos climáticos que podem afetar as lavouras e impactar negativamente a produção dos produtores agrícolas que vendem para os clientes da Companhia e suas receitas. A exposição dos clientes da Companhia aos diversos impactos que podem ser causados pelos fenômenos da natureza e a possível falta de produtos para serem exportados que os clientes da Companhia podem sofrer em razão de variações climáticas, podem causar um impacto adverso relevante nos negócios, operações, resultados e situação financeira dos clientes da Companhia.

Adicionalmente, as lavouras atuais e futuras dos produtores agrícolas fornecedores de produtos para os clientes da Companhia estão expostas a pragas e doenças, que podem afetar a sua produção. O combate, ou o controle, das pragas e doenças hoje existentes e conhecidas demanda investimentos constantes, o que encarece o custo de sua produção, e o surgimento de novas pragas e/ou a mutação dos tipos de pragas e doenças hoje existentes, podem reduzir a oferta de produtos comercializáveis dos produtores agrícolas que fornecem produtos para os clientes da Companhia e, conseqüentemente, causar um impacto negativo sobre a situação financeira e os resultados dos clientes da Companhia.

Caso variações climáticas e/ou doenças e pragas afetem as colheitas e, conseqüentemente, a oferta de produtos agrícolas comercializáveis para os clientes da Companhia que podem deixar de utilizar os serviços da Companhia, o que poderá impactar os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro, assim como por condições climáticas adversas, efeitos das mudanças climáticas e outros fatores fora do controle da Companhia.

As estruturas físicas da Companhia podem ser afetadas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no controle da Companhia, bem como por mudanças climáticas na região em que atua.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita, especialmente, ao risco de derrubada de suas correias transportadoras decorrentes de rajadas de vento acima das previstas na “Norma Brasileira ABNT NBR 6123:1988”, que trata dos projetos de equipamentos e estruturas sujeitos às forças do vento. Também é um risco a que se sujeita a Companhia o aumento do nível do mar, que pode inutilizar diversas das estruturas da Companhia. Como resultado prático, a Companhia poderá ficar incapacitada de executar devidamente suas funções, de tal modo que os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Além disto, uma parte relevante dos produtos elevados pela Companhia chegam aos seus terminais através de linhas férreas. Em particular as linhas férreas localizadas nas encostas da Serra do Mar que dão acesso a Santos estão sujeitas a deslizamentos e desmoronamentos que poderiam interromper a chegada de produtos dos clientes da Companhia aos armazéns para embarque nos navios.

Adicionalmente, os acessos por rodovia ao Porto de Santos na Serra do Mar também estão sob risco com eventos extremos de desmoronamento que poderiam afetar significativamente a chegada de produtos ao Porto e aos terminais.

A Companhia pode não ser capaz de cumprir os termos de seus contratos de arrendamento portuário, o que pode acarretar o pagamento de multas, bem como outras penalidades e, a depender da gravidade do descumprimento, na perda de suas respectivas concessões, subconcessões e autorizações. Eventuais multas ou a perda do direito de exploração podem afetar os negócios da Companhia e seus resultados de maneira adversa relevante.

A Companhia tem o direito de gerir, operar e administrar a área SSZ-29 no Porto de Santos, todos com base em contratos de arrendamento. Os contratos de arrendamento podem ser rescindidos antes do vencimento de seus prazos, em geral, na ocorrência dos seguintes eventos: **(i)** desapropriação, pelo Governo Federal, por motivos de interesse público; **(ii)** não cumprimento de obrigações previstas nos respectivos contratos (incluindo a prestação de serviços ineficientes ou a falha em sanar um problema) ou o inadimplemento no pagamento dos valores devidos pela Companhia, nos termos de tais contratos; ou **(iii)** falência ou dissolução da Companhia. Ainda, nos termos dos contratos de arrendamento, a Companhia deverá atingir determinadas metas operacionais. Caso essas metas não sejam alcançadas, a Companhia poderá ser multada e, em caso de reincidência, os contratos de arrendamento poderão ser rescindidos pelas respectivas autoridades portuárias. Ademais, mesmo que os contratos de arrendamento não sejam rescindidos antes do seu vencimento, não se pode garantir em que termos esses contratos serão renovados, nem se a Companhia conseguirá obter suas renovações.

Caso algum dos contratos de arrendamento seja rescindido por qualquer dos motivos acima, o direito de operação cessará e a operação comercial será encerrada. Após essa rescisão, todos os bens vinculados ao arrendamento (juntamente com quaisquer investimentos nele realizados pela Companhia) serão revertidos ao Governo Federal.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia será obrigada a indenizar a autoridade portuária por quaisquer ativos revertidos que não estejam em condições operacionais apropriadas na data da reversão. Apesar de ter o direito de receber uma indenização em dinheiro, referente ao valor não amortizado ou depreciados dos bens que integram o arrendamento pela Companhia (ativos comprados ou construídos), não se pode garantir que esse valor seja suficiente para o ressarcimento integral da Companhia pelo valor desses ativos ou lucros cessantes. Em caso de rescisão dos contratos de arrendamento por inadimplemento, esse valor poderá ser reduzido a zero devido à imposição de multas e outras penalidades.

Um percentual substancial dos negócios da Companhia advém da prestação de serviços a um número limitado de clientes e os resultados da Companhia dependem do volume de negócios realizados com seus clientes.

Como prestadora de serviços de logística portuária, com custos fixos representativos, os resultados da Companhia dependem do volume de negócios contratado por seus clientes, incluindo a manutenção de políticas de relacionamento e de crédito, bem como a manutenção da demanda e da satisfação de seus clientes com seus serviços e a ausência de efeitos materiais adversos nos negócios de seus clientes.

Caso o volume de negócios contratados da Companhia diminua de forma significativa, incluindo a condução, por seus principais clientes, de suas próprias operações de logística, ou se a capacidade destes de realizar os pagamentos em dia pelos serviços da Companhia for afetada de maneira negativa, as margens operacionais da Companhia podem ser impactadas devido à menor diluição dos custos fixos envolvidos, uma vez que tais clientes representam uma porção significativa da receita da Companhia.

Ademais, se os clientes Companhia sofrerem efeitos econômicos materiais adversos, vindo a demandar menos os serviços da Companhia, ou aumentando de forma significativa o índice de inadimplência da Companhia, os resultados financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa, principalmente quando se considera a quantidade de ativos imobilizados que a Companhia possui para atendimento de seus clientes.

Ainda, caso ocorra o término dos contratos celebrados com seus clientes, a Companhia estará sujeita a concorrência de seus competidores, e não pode garantir que conseguirá renová-los, inclusive nos mesmos níveis de rentabilidade anterior. A perda de um ou mais destes grandes clientes para os seus concorrentes poderá afetar de maneira adversamente relevante os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, os negócios dos clientes da Companhia, sendo elas empresas de trading internacionais estão sujeitas a interrupções ou modificações substanciais em caso de guerras físicas ou comerciais. Conflitos armados ou tensões comerciais podem tanto interromper fluxos de comércio e corredores de navegação relevantes

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

para o fluxo mundial de produtos agrícolas ou levar à imposição de sanções comerciais entre países relevantes para o comércio de produtos agrícolas dos clientes da Companhia. Por fim, conflitos armados e guerras comerciais podem levar à imposição de sanções e restrições a operações comerciais que afetem os clientes da Companhia impondo restrições à prestação de serviços de elevação para cargas que tenham como destino países que venham a ser sancionados ou indivíduos relacionados a países que venham a ser sancionados.

A Companhia está sujeita a certos riscos operacionais em seus terminais portuários que podem afetar o desempenho de seus compromissos contratuais.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos operacionais que podem afetar as instalações de seus terminais. Esses riscos incluem, não estando limitados a falhas mecânicas e elétricas, acidentes, acidentes ocupacionais, perda ou roubo de cargas, danos, incêndios, explosões, interrupções de atividades, condições políticas e hostilidades, greves de trabalho, condições climáticas adversas como inundações, desastres naturais, acidentes em terminais de carga ou descarga, incluindo acidentes ambientais e colisões, os quais podem resultar em danos, multas, indenizações ou custos exigidos por terceiros e outras reclamações contra a Companhia.

Nem todos os riscos podem estar adequadamente segurados, certas reclamações específicas podem não ser cobertas e certas indenizações pagas em decorrência de um sinistro podem não ser suficientes para compensar integralmente os danos sofridos pela Companhia. A Companhia não mantém seguros para perda de contratações, risco de crédito ou de defesa em ações judiciais, os quais cobririam a perda de receita se algum de seus contratos fossem resolvidos antes de seu vencimento, bem como os custos legais para indenização dos danos relacionados. A Companhia não possui seguro contra greves, que protegeria da perda de receita ocasionada por interrupções de trabalho de funcionários. Nesse sentido, qualquer contrato sob demanda (*off-hire*) de transporte pode implicar em um efeito material adverso nos negócios da Companhia, por conta de acidentes decorrentes de eventos não segurados. Além disso, o uso de qualquer cobertura securitária está sujeito a franquias e, tendo em vista que é possível que um grande número de reclamações seja feito, o valor agregado dessas franquias pode ser material.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro.

Adicionalmente, alguns dos equipamentos usados nos terminais portuários e operações logísticas correrem o risco de sofrer danos ou perda em virtude de eventos, tais como falhas mecânicas, encalhe, incêndio, explosões, colisões, desastres marítimos e erro humano. Todos esses riscos podem resultar em morte ou ferimento

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

de pessoas, danos materiais, danos ambientais, atrasos ou reformulação de rota.

Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia não é proprietária de todos os imóveis nos quais opera. A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de arrendamento, locação ou os demais contratos que lhe garanta o direito de uso de tais imóveis após o decurso do prazo de sua vigência.

A Companhia não é titular dos imóveis utilizados em suas atividades, ocupando estes por meio de contratos de arrendamento e de locação celebrados com as administradoras portuárias mediante autorização dos poderes concedentes, conforme o Contrato Operacional PRES nº 05/96, referentes ao Porto de Santos, respectivamente. Assim, a Companhia pode não ser capaz de renovar os contratos em questão. Adicionalmente, tais contratos celebrados pela Companhia podem sofrer impactos negativos em caso de alienação do imóvel a terceiros ou o não cumprimento das cláusulas dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia com o poder concedente, conforme aplicável, o que também poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e negócios.

A titularidade da propriedade ou a constituição dos direitos de uso sobre tais imóveis em nome da Companhia e/ pode não estar plenamente regularizada junto aos respectivos cartórios de registro de imóveis e/ou, em cada caso, tais imóveis ou projetos podem não estar livres de ônus, gravames e defeitos capazes de afetar materialmente o valor de tais imóveis ou projetos ou interferir materialmente no uso dado a tais imóveis pela Companhia.

Os imóveis utilizados para as atividades da Companhia e suas controladoras são ocupados por meio de contratos de arrendamento, os quais são firmados junto às administradoras portuárias no âmbito de concessões. O regime de concessão é um direito real de uso resolúvel, por meio do qual a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, transfere a utilização remunerada ou gratuita de um imóvel público ao particular para fins específicos e de interesse público. Imóveis utilizados mediante o regime de concessão, mesmo que arrendados a terceiros, estão obrigados à inscrição perante a Secretaria do Patrimônio da União e estão sujeitos ao pagamento anual de taxa de ocupação e/ou foro e de laudêmio, quando da transferência onerosa.

A Companhia pode ser prejudicada pelo mau funcionamento ou interrupção de sistemas de tecnologia da informação ou maquinário automatizado, bem como por riscos associados a incidentes de segurança cibernética que podem resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis.

O gerenciamento eficiente das operações da Companhia é dependente de sistemas de tecnologia da informação, de modo que quaisquer incidentes de segurança da

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

informação causados por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais, podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados pela Companhia e, portanto, prejudicar ou mesmo paralisar seus negócios e impactar negativamente suas operações, ou ainda, causar um efeito material adverso nos resultados dos negócios da Companhia, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial.

Além disso, a Companhia coleta e armazena informações comerciais proprietárias em seus sistemas, e pode ter acesso a informações confidenciais ou dados pessoais em alguns de seus negócios em que atua, os quais estão sujeitos às leis de privacidade e proteção de dados, regulamentos e controles impostos por clientes. Qualquer falha nos sistemas da Companhia relacionada a informações confidenciais, ocasionada por ataques cibernéticos externos ou ações internas, incluindo negligência e/ou má conduta de seus funcionários da Companhia, podem ter um impacto negativo na reputação da Companhia diante de concorrentes e agentes externos (governo, órgãos reguladores, fornecedores, clientes, entre outros).

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem ser vulneráveis a ações externas, tais como desastres naturais, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança. Qualquer dano ou interrupção pode causar um efeito negativo adverso nos resultados dos negócios da Companhia, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial. Ataques cibernéticos têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos. Falhas nos sistemas de segurança cibernética da Companhia ou falhas na prevenção ou identificação destes ataques podem ter um impacto adverso relevante para a Companhia, incluindo dano de imagem, impactos de natureza financeira e/ou operacional, podendo impossibilitar, ainda que temporariamente, a execução de processos críticos pela Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação da Companhia estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) que podem interferir inesperadamente nas operações da Companhia.

Em razão da flexibilidade e modelo de regime híbrido adotado, existe a possibilidade de aumento de ataques cibernéticos por meio dos computadores dos empregados da Companhia, uma vez que a segurança cibernética das redes utilizadas por estes em ambientes diversos pode não apresentar o mesmo nível de segurança daquela do ambiente de trabalho corporativo, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios.

A Companhia pode estar sujeita a violações dos sistemas de automação, ocasionando paralisações parciais e/ou temporárias das operações e/ou acesso indevido a informações estratégicas, além da perda de dados relevantes. Os custos para tratar das vulnerabilidades e/ou dos problemas mencionados anteriormente podem ser significativos, podendo afetar as operações da Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que os controles técnicos de segurança e sistemas de monitoramento mantidos, ou os procedimentos adotados por terceiros, serão capazes de protegê-la contra certos tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, que podem ter um efeito adverso relevante nos negócios e na reputação da Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, alguns dos sistemas utilizados para a condução dos negócios da Companhia utilizam infraestruturas antigas, as quais podem não possuir a mesma segurança dos sistemas atuais. Eventuais falhas de sistema decorrentes dessa estrutura podem culminar nos riscos acima indicados, bem como afetar negativamente as atividades da Companhia.

Além dos itens mencionados acima, pela natureza do negócio, existe a possibilidade de interrupção da operação por falha na infraestrutura de TI causada rompimento de fibras por roedores danificando a rede.

A Companhia depende da manutenção e contínua melhoria da infraestrutura de acesso ferroviário, rodoviário e aquaviário, no território brasileiro.

A Companhia depende substancialmente da movimentação de carga a granel de forma eficiente e a preços razoáveis aos seus clientes. Para tanto, a infraestrutura ferroviária e rodoviária à qual os terminais estão conectados deve ser objeto de melhorias contínuas, expansão e manutenção. Esse fator depende, em parte, da realização dos investimentos necessários pelas autoridades governamentais e concessionárias rodoviárias ou ferroviárias, bem como da obtenção das licenças necessárias para operação. Adicionalmente, a capacidade de operação da Companhia também depende da manutenção contínua e aumento da profundidade dos canais de acesso e dos berços de atracação. A manutenção e o aumento da profundidade dos canais também dependem da realização pelas autoridades governamentais dos investimentos necessários.

Dessa forma, caso as referidas melhorias e os investimentos não sejam realizados pelos Governos Federal e Estaduais, a Companhia poderá ter redução de receitas ou aumento de seus custos operacionais, o que, conseqüentemente, poderá gerar um efeito adverso no resultado.

O envelhecimento dos equipamentos portuários operacionais da Companhia pode aumentar os custos, interromper as operações e impedir a implementação da estratégia de negócios da Companhia.

Os custos de operação e manutenção da Companhia aumentam à medida que seus equipamentos portuários operacionais envelhecem. Além dos custos de manutenção para manter os equipamentos portuários da Companhia operacionais em uso, as taxas de seguro de carga e os custos de conformidade com as regulamentações governamentais, os padrões de segurança ou outros equipamentos aumentam com a idade do maquinário, o que pode exigir da Companhia gastos de manutenção significativos.

A falha em fazer despesas de capital para alterar ou adicionar novos equipamentos e maquinários à sua estrutura pode restringir o tipo de atividade nas quais essa infraestrutura pode se envolver e diminuir sua eficiência operacional e aumentar os custos da Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não podemos garantir que, à medida que seu maquinário envelhece, as condições de mercado justificarão esses gastos ou nos permitirão operar suas máquinas e equipamentos de forma lucrativa durante o restante de suas vidas úteis. Se as atividades de manutenção e reforma não forem bem-sucedidas ou o custo se tornar proibitivo, a Companhia pode ter que se desfazer de suas embarcações. Se o número de máquinas e equipamentos diminuir com o tempo, a capacidade de carga da Companhia diminuirá, o que pode causar a diminuição de suas receitas, seus lucros e seu fluxo de caixa.

A demanda por serviços da Companhia é cíclica e pode estar sujeita a flutuações no mercado internacional, o que pode impactar o seu resultado operacional.

Os terminais portuários são altamente dependentes do fluxo advindo do comércio exterior. O volume geral do comércio exterior pode ser afetado por diversas variáveis, algumas delas gerando uma demanda cíclica dos serviços da Companhia. Além disso, em anos de menor fluxo no comércio exterior, seja por crises cambiais ou econômicas em mercados estrangeiros consumidores, as atividades da Companhia também são afetadas. A Companhia está exposta à flutuações no mercado internacional, podendo afetar os seus resultados financeiros e operacionais.

O cronograma dos projetos da Companhia pode sofrer atrasos o que, por consequência, pode acarretar o aumento dos custos previstos, e afetar adversamente seus projetos atuais e futuros.

O custo de desenvolvimento dos projetos da Companhia pode variar significativamente, pois depende de diversos fatores que podem estar fora do controle da Companhia. O cronograma de construção e operação da infraestrutura de terminais hidroviários e portuários está sujeito a uma série de fatores, como, por exemplo: **(i)** escassez de equipamentos, materiais e mão de obra; **(ii)** atraso na prestação de serviços de terceiros, entrega de equipamentos e materiais; **(iii)** disputas trabalhistas; **(iv)** acontecimentos políticos; **(v)** bloqueios ou embargos; **(vi)** litígios; **(vii)** condições meteorológicas adversas; **(viii)** aumentos imprevistos dos custos; **(ix)** desastres naturais; **(x)** acidentes; **(xi)** problemas ambientais ou geológicos; e **(xii)** atrasos nas autorizações e licenças necessárias para o início e ou continuidade das operações; dentre outras circunstâncias imprevistas, tais como inadequação de projeção de custos e orçamento do projeto.

Consequentemente, quaisquer atrasos poderão alterar os custos inicialmente calculados para os projetos da Companhia, exigindo novos aportes de capital e reduzindo o retorno esperado dos projetos.

Quaisquer desses eventos, ou outros eventos imprevistos, poderão acarretar atrasos no desempenho e na definição de projetos da Companhia ou na superação de custos orçados, fazendo com que a Companhia não alcance suas metas, o que poderá ter

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

um efeito material adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia poderá requerer capital de longo prazo, podendo ser necessário a contratação de novas dívidas ou a realização de aumentos de capital, que podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, podem estar sujeitos a termos não aceitáveis ou desfavoráveis para a Companhia.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem da capacidade de captar recursos para realizar investimentos e concluir projetos de expansão que podem ser direcionados às aquisições, às novas licitações ou à expansão das operações atuais da Companhia. A execução dos investimentos depende de recursos financeiros para a geração de caixa operacional cujas fontes são, basicamente, a captação de recursos no mercado financeiro junto aos bancos públicos e privados e a captação de recursos no mercado de capitais, por meio de títulos de dívida ou de participação acionária. As demandas de mercado, como as pressões causadas pela concorrência ou pela necessidade de atendimento aos níveis de qualidade e produtividade por parte dos clientes, também podem forçar a Companhia a aumentar ou a acelerar a necessidade de realização de investimentos e a captação de recursos, que podem não estar disponíveis ou, mesmo estando disponíveis, podem não estar em termos aceitáveis para a Companhia.

Para suportar os investimentos e a estratégia de crescimento, a Companhia pode não ser capaz de obter financiamentos suficientes ou a custos e termos aceitáveis, seja por condições macroeconômicas adversas, o que poderá acarretar, por exemplo, em um aumento significativo das taxas de juros praticadas no mercado, seja pelo desempenho ou por outros fatores externos ao ambiente da Companhia, o que poderá afetá-la de forma relevante.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos envolvidos em suas atividades e as coberturas de seguro da Companhia podem ser insuficientes para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos que podem gerar a interrupção de suas atividades e as coberturas de seguro para cobrir perdas e/ou responsabilidades incorridas em decorrência de interrupção de atividades de transporte e armazenagem podem ser insuficientes. Além disso, a Companhia não mantém cobertura para interrupção de suas atividades causadas por disputas trabalhistas em nenhuma de suas operações. Dessa forma, caso os empregados da Companhia promovam paralisações, estas podem ter um efeito negativo substancial sobre a Companhia, seja pela paralisação da operação, seja pela eventual necessidade de substituição imediata da mão de obra.

Ademais, a Companhia não possui seguro de seus ativos contra guerra ou terrorismo.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Portanto, danos e interrupção de atividades causados por esses motivos podem ter um efeito negativo substancial na condição financeira ou nos resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, a Companhia possui seguro de seus ativos contra ataques cibernéticos.

A Companhia está sujeita ao risco de não conseguir manter ou obter seguros conforme o tipo e o montante necessário a preços razoáveis, sendo que seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser negativamente afetados.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária e aduaneira brasileira ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades tributárias e aduaneiras implementam regularmente mudanças nos regimes tributário e aduaneiro que podem afetar a Companhia e, em última análise, afetar a demanda dos seus clientes. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, o que pode aumentar os preços que cobra por seus produtos, restringir a capacidade da Companhia de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais e aduaneiras. No caso de as autoridades fiscais e aduaneiras interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetada, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Outrossim, atualmente há, no Congresso Nacional, diversas propostas para a implementação de uma reforma tributária, tais como as PECs 45 e 110. A proposta básica de ambas é a substituição de cinco tributos existentes hoje (PIS, COFINS e IPI – tributos federais; ICMS – estadual; e ISS – municipal) por um ou dois impostos sobre valor agregado (IVA). A PEC 45 contempla a substituição desses tributos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que seria compartilhado por União, estados e municípios. A PEC 110, por sua vez, propõe a criação de dois IVAS: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido de forma compartilhada entre estados e municípios. Outras propostas também estão em trâmite no Congresso. Os impactos da implementação de uma eventual reforma no sistema tributário brasileiro não podem ser quantificados, e podem afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Caso haja uma reforma tributária, ou quaisquer mudanças na legislação e na regulamentação aplicáveis, que alterem ou extingam os tributos aplicáveis ou os

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, estas poderão afetar direta ou indiretamente os negócios e os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita à determinação do imposto de renda e das contribuições **(i)** social sobre o lucro; **(ii)** ao Programa de Integração Social (PIS); e **(iii)** ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), as quais têm como base de cálculo as receitas, conforme definido na legislação tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que esta não coincide com a receita reconhecida com base nos parâmetros estabelecidos pelas práticas contábeis aplicáveis à Companhia.

Adicionalmente, a Companhia deve atender às disposições da legislação aduaneira, de modo que eventual irregularidade ou alteração da regulamentação aduaneira pode afetar as operações e os resultados da Companhia.

No que tange o cenário brasileiro relativo à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, não se pode afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade do regime especial relativo ao cumprimento de obrigações acessórias do ICMS, caso este seja não aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

Ainda no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, a diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, a extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem um prazo máximo de duração para os incentivos já concedidos, que pode variar a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefício fiscal poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Além disso, a Companhia está sujeita às fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais e aduaneiras. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá exposição fiscal adicional, e que não será necessária a constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras, tornando-se alvo de fiscalização constante, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia.

A Companhia poderá ser material e adversamente afetada por falhas nos seus processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações à Lei Anticorrupção.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, processos de governança, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta por parte de todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que agem em nome, no interesse e em benefícios da Companhia. A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos voltados à prevenção e ao combate à corrupção como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), o Decreto nº 11.129/2022, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002 e o Decreto nº 5.678/2006, assim como outras normas relacionadas.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de **(i)** detectar violações à Lei Anticorrupção, Lei de Improbidade Administrativa ou a leis similares, **(ii)** detectar ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam agir em seu nome, interesse ou benefício; **(iii)** gerenciar todos os riscos que a política de gerenciamento de riscos da Companhia identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e **(iv)** detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, os negócios, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários e terceiros atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, às leis e aos regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e ao combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita às violações de seu Código de Ética e Conduta, das leis e dos regulamentos listados acima e da legislação correlata, em decorrência da conduta nos negócios e da ocorrência de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

e terceiros que atuem em nome próprio ou em benefício da Companhia.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos à administração pública praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, podendo resultar, por exemplo, nas seguintes sanções: **(i)** multa no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo; **(ii)** publicação extraordinária de sentença condenatória; **(iii)** obrigação de reparação de danos causados; **(iv)** perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, e **(v)** proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. A Companhia poderá ainda, em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção perpetradas por seus controladores, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciados, vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis acima exemplificadas, praticadas contra a administração pública da República Federativa do Brasil ("Brasil") ou do exterior por parte de administradores, funcionários, parceiros de negócios ou terceiros que atuam em nome, benefício ou interesse da Companhia, pode resultar em: **(i)** multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; **(ii)** perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; **(iii)** proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou **(iv)** perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, entre outras sanções e consequências, de modo que, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Por conseguinte, se a Companhia não for capaz de manter os processos de governança, gestão de riscos e compliance operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia por parte de usuários, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

Assim, falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, os negócios, a capacidade de contratação com o poder público, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia de forma negativa, bem como podem sujeitar seus administradores a sanções criminais.

A Companhia está sujeita aos riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e de outros tipos de sanções.

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza dados pessoais, tais como dados de clientes e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, a Companhia deve observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

Em 18 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”) que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia. Posteriormente, em 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020, os artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, entraram em vigor em 1º de agosto de 2021.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: **(i)** a propositura de ações judiciais, individuais ou

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e **(ii)** a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

O descumprimento à LGPD, pode sujeitar a Companhia e suas subsidiárias às sanções previstas na lei, de forma isolada ou cumulativa, de **(i)** advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; **(ii)** obrigação de divulgação de incidente; **(iii)** suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; **(iv)** suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; **(v)** bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; **(vi)** proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados; **(vii)** multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 por infração; e **(viii)** multa diária, observado o limite global acima mencionado. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

A incapacidade ou falha da Companhia em proteger seus ativos de propriedade intelectual, ou ainda, de não violar direitos de propriedade intelectual de terceiros, pode ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

As marcas, domínios e outros direitos de propriedade intelectual (incluindo aqueles relacionados à tecnologia e marcas próprias) da Companhia são ativos essenciais para o seu sucesso, de modo que qualquer falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia pode ter um efeito adverso em seus resultados.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger seus ativos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos ativos de propriedade intelectual da Companhia.

Há, também, o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de alguns de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo dos direitos de propriedade da Companhia, e caso a Companhia não obtenha êxito em tais litígios, seus negócios podem ser materialmente impactados. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

A Companhia pode encontrar dificuldades em gerenciar seu risco de liquidez e seu risco de crédito.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, limites de crédito e reservas de captação monitorando continuamente o fluxo de caixa previsto e real, procurando adequar permanentemente os prazos dos ativos e passivos financeiros. A abordagem da Companhia em administrar a sua liquidez visa assegurar que esta seja sempre suficiente para cumprir com as obrigações da Companhia que expiram sob condições de tensão ou normais, sem causar perda inaceitável ou dano à reputação da Companhia. A Companhia busca assegurar que sempre terá recursos suficientes para arcar com as despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras, excluindo o potencial impacto que circunstâncias extremas, tais como desastres naturais.

A existência do risco de crédito da Companhia pode ser atribuída, principalmente, aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos, contas a receber e outros recebíveis. Os valores apresentados na rubrica "contas a receber" no balanço são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia aplica seu excedente de caixa em títulos públicos e privados de acordo com as normas aprovadas pela administração, que seguem a política interna para concentração de risco de crédito. As aplicações com risco de crédito privado são feitas apenas em instituições financeiras de primeira linha.

Em cenários extremos de escassez de caixa e redução relevante de geração de caixa, a Companhia pode encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas ao seu passivo financeiro que estão estabelecidos para pagamentos em dinheiro ou outro ativo financeiro, o que poderia impactar sua perspectiva de crédito perante instituições financeiras, além de ter impacto adverso em contratos da Companhia.

A Companhia pode não conseguir atender as cláusulas restritivas (covenants) de seus contratos financeiros.

O endividamento total da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$995.918 milhões. A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em contratos de empréstimos e financiamentos dos quais é parte, com base em indicadores financeiros e não financeiros, incluindo, entre outras, restrições sobre incorporações, pagamento de dividendos, aquisições e outras reestruturações

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

societárias, cláusulas de efeito adverso relevante, disposições de alteração de controle, falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial.

Dessa forma, caso a Companhia não seja capaz de **(i)** atender aos *covenants* financeiros estabelecidos com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios; **(ii)** manter as garantias dos contratos de empréstimo e financiamentos válidas; **(iii)** cumprir com as premissas de modelo financeiro; **(iv)** adimplir com todas as obrigações financeiras contraídas; ou **(v)** cumprir com seus contratos com clientes, a Companhia poderá vir a inadimplir tais contratos, levando a uma aceleração e ao vencimento antecipado de suas dívidas, o que pode inclusive levar a um descumprimento cruzado (*cross default*) e vencimento antecipado cruzado (*cross default*) de suas dívidas. Qualquer descumprimento contratual que leve à aceleração das dívidas da Companhia (*cross default* ou *cross acceleration*) pode afetar adversamente os seus negócios e os seus resultados operacionais. Para mais informações, ver a seção 2.1.(f) deste Formulário de Referência.

Falhas nos sistemas da Companhia, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente seus negócios.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados, que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas aos mercados, aos clientes ou a outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações nas quais a Companhia se baseou ou com as quais alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, ela poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia dos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Adicionalmente, os procedimentos da Companhia de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários e membros de sua administração. Caso os funcionários da Companhia

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

ou outras pessoas a ela relacionadas se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou suas políticas internas, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e sua imagem.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo CPC e as normas internacionais do IFRS são emitidas pelo IASB. O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento.

A Companhia pode vir a se envolver em processos judiciais e administrativos de natureza cível, regulatória, ambiental, tributária e trabalhista e poderá se tornar parte em processos judiciais e administrativos no futuro, destas ou de outras naturezas. Não se pode assegurar que as ações e os processos administrativos serão resolvidos a favor da Companhia. As provisões constituídas pela Companhia (quando existentes) podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente de eventuais decisões adversas em demandas judiciais e administrativas.

Assim, caso o total ou uma parcela significativa das ações judiciais e dos processos administrativos venha a resultar em decisão desfavorável à Companhia, esta pode ter um impacto adverso relevante nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão atuar a Companhia e tais autuações podem ser convertidas em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter um efeito negativo.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração, da diretoria e os acionistas da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais,

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária, trabalhista, entre outros. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia e/ou impedir a Companhia de contratar com o Poder Público, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente.

Por fim, além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios, a Companhia pode se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que pode vir a afetar adversamente a sua capacidade financeira.

A revisão do valor contabilizado na aquisição da EPSA poderá causar impactos patrimoniais à Companhia.

Em novembro de 2022, a Companhia, adquiriu 80% das ações da EPSA, pelo montante de R\$1.524 milhões. Em 30 de novembro de 2023 a Companhia efetuou alocação do montante pago em R\$1.524 milhões.

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da EPSA. Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro final de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

b) aos acionistas, em especial os acionistas controladores

Não aplicável.

c) às controladas e coligadas

Não se aplica.

d) aos administradores

A perda de membros da alta administração da Companhia, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter conselheiros, diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade da sua alta administração. A perda dos membros da sua alta administração, inclusive em decorrência de eventual desinvestimento futuro pelos acionistas controladores da Companhia, poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios e os resultados operacional e financeiro da Companhia. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, inclusive aqueles que

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

eventualmente guardem relação com seus acionistas controladores, esta poderá não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. A eventual saída de tais administradores ou profissionais-chave poderá impactar os negócios da Companhia.

e) aos fornecedores da Companhia

Os fornecedores da Companhia podem aumentar o valor de seus produtos e/ou serviços, alterando a estrutura de custos atual, afetando de maneira adversa o resultado financeiro e operacional.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à dificuldade de contratação de insumos, tais como combustíveis, peças e equipamentos ou mão de obra e energia, em condições favoráveis à Companhia, o que poderá impactar adversamente a sua condição financeira e os seus resultados. O preço e a disponibilidade dos insumos dependem de fatores políticos, econômicos e mercadológicos e não se pode prever quando os preços destes insumos sofrerão reajustes. Quaisquer aumentos imprevistos nos custos da Companhia, em especial se esta não conseguir repassá-los, poderá impactar negativamente o fluxo de caixa e os resultados financeiros da Companhia.

As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial com seus fornecedores. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com a renovação dos contratos existentes, por exemplo, e suas atividades e seus resultados operacionais e financeiros podem ser prejudicados. Além disso, se os fornecedores da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, a reputação ou patrimônio da Companhia poderão ser prejudicados devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores, em especial aqueles com produtos/serviços mais restritos, como fornecedores de semirreboques, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

A Companhia pode ser prejudicada pelo mau funcionamento ou interrupção de sistemas de tecnologia da informação ou maquinário automatizado de seus fornecedores, bem como por riscos associados a incidentes de

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

segurança cibernética contra tais fornecedores, que podem resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis.

A atuação dos fornecedores da Companhia é dependente de sistemas de tecnologia da informação, de modo que quaisquer incidentes de segurança da informação causados por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais, podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados por tais fornecedores e, portanto, prejudicar ou mesmo paralisar seus negócios e impactar negativamente suas operações, ou ainda, causar um efeito material adverso nos resultados dos seus negócios, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial.

A ocorrência de quaisquer incidentes de segurança cibernética destes fornecedores pode resultar em paralisações parciais e/ou temporárias das operações e/ou acesso indevido a informações estratégicas, além da perda de dados relevantes da Companhia nos sistemas desses fornecedores. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ter suas operações prejudicadas, afetando adversamente os negócios e a reputação da Companhia.

Alguns sistemas são utilizados no modelo SaaS, sigla para Software as a Service, ou Software como Serviço. Neste modelo o fornecedor se responsabiliza, mediante contratos, pela disponibilização do serviço, garantindo a conectividade, os servidores necessários e tomando os cuidados necessários com a segurança da informação. Neste sentido existe a possibilidade de aumento de ataques cibernéticos por meio do acesso empregados da Companhia através da internet e a segurança cibernética das redes utilizadas podem não apresentar o mesmo nível de segurança daquela do ambiente de trabalho corporativo, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios.

f) aos clientes da Companhia

A Companhia está exposta a riscos de crédito e outros riscos de contrapartes de seus clientes no curso normal dos seus negócios.

A Companhia tem como prática conceder crédito a seus clientes. Como esses clientes têm diferentes graus de credibilidade, a Companhia está exposta ao risco de não recebimento ou inadimplência dos contratos ou acordos celebrados com estes clientes. Se um número significativo de clientes relevantes inadimplir com suas obrigações de pagamento, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia podem vir a ser afetados de forma adversa.

A Companhia tem créditos com prazos variáveis e seus clientes têm diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com os mesmos.

g) aos setores da economia nos quais a Companhia atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

O setor de terminais portuários para granéis sólidos vegetais poderá se tornar mais competitivo.

A Companhia enfrenta concorrência em relação a outros terminais portuários de granéis sólidos vegetais. De maneira geral a concorrência se baseia nos preços cobrados, na qualidade, na segurança e na eficiência do serviço prestado. Dessa forma, existe a possibilidade de migração de clientes para outros terminais por razões comerciais e/ou geográficas, bem como em razão dos preços praticados.

Caso esses concorrentes consigam aumentar sua eficiência e sua competitividade, a Companhia pode não conseguir obter o crescimento da movimentação de granéis sólidos com a rapidez que é esperada ou até perder parte das operações atuais.

A Companhia também enfrenta concorrência na atividade de armazenagem dos granéis sólidos vegetais, especialmente no que se refere às atividades de logística. Se os atuais concorrentes da Companhia conseguirem melhorar a eficiência e a competitividade de suas operações, ou se um novo concorrente estabelecer com sucesso um armazém para granéis sólidos vegetais, a Companhia pode não conseguir obter o crescimento de armazenagem de carga com a rapidez esperada ou manter a rentabilidade.

Quaisquer dos fatores acima podem causar um efeito adverso sobre o resultado operacional e financeiro da Companhia.

h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

A prestação de serviços de elevação portuária pela Companhia insere-se em um ambiente regulado e eventuais medidas adotadas pela Administração Pública podem impactar suas atividades.

Os serviços de elevação portuária prestados pela Companhia são amplamente regulados e supervisionados pelo Governo Federal, especialmente pelo Ministério da Infraestrutura, bem como pela ANTAQ. A ANTAQ tem por função regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte hidroviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, harmonizando os interesses dos usuários com os das empresas prestadoras de serviço, preservando o interesse público.

Tais atividades são intensamente reguladas por meio de leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções, entre outros atos legislativos e regulamentares. Alterações na legislação ou na regulamentação relativas ao setor portuário pode afetar adversamente os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Os contratos de arrendamento portuário celebrados pela Companhia foram

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

celebrados com o extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, cuja competência atualmente é exercida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, que figurava como Poder Concedente quando as outorgas foram realizadas, posteriormente substituído pela ANTAQ, após o advento da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, conforme alterada. Em vista disso, as atividades desenvolvidas pela Companhia inserem-se em ambiente altamente regulado, vez que os contratos de arrendamento são contratos administrativos. Tais contratos são regidos por normas de direito público, que conferem à Administração Pública a prerrogativa de: **(i)** modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; **(ii)** rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993, conforme alterada, e na Lei Federal nº 8.987, 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada; **(iii)** fiscalizar lhes a execução; e **(iv)** aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sob o contrato, dentre outros.

Assim, a atuação da Administração Pública, em geral, pode impactar nos serviços prestados pela Companhia. Caso, exemplificativamente, **(i)** exista a imposição de novas obrigações; **(ii)** haja a necessidade de se efetuar investimentos adicionais, não previstos originalmente nos contratos de arrendamento, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, ou de veiculação de novas resoluções pela ANTAQ; **(iii)** ocorra a redução do escopo dos contratos de arrendamento; ou **(iv)** determinadas medidas estruturadas pela Companhia não sejam efetivadas (como a eventual prorrogação antecipada, a extensão de prazo de outorgas em vigor ou a sua realização em condições não favoráveis para a Companhia); a condição econômico-financeira da Companhia e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos que exigem que as suas atividades obtenham licenças, outorgas, alvarás, autos e autorizações. A falha na obtenção, na manutenção ou na renovação tempestiva de licenças, outorgas, alvarás, autos e autorizações necessárias à operação dos terminais portuários pode impedir a condução regular das atividades.

A Companhia está sujeita à uma extensa gama de leis e regulamentos que exigem que as suas atividades obtenham licenças, outorgas, alvarás, autos e autorizações, incluindo aquelas que tratam da regularidade das áreas construídas, que hoje compõem suas instalações, bem como as que autorizam o exercício de suas atividades como requisito à operação dos terminais portuários, expedidas principalmente pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério de Infraestrutura), pela ANTAQ, pela Administração do Santos, pela Alfândega do Porto de Santos, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Receita Federal do Brasil, por órgãos ambientais federais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por órgãos ambientais estaduais, pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério do Exército e pela Polícia Civil, conforme aplicável, o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Biodiversidade (ICMBio), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Municipalidades, corpos de bombeiros competentes, entre outros. Ainda, a Companhia deverá manter o ato de alfandegamento para operar como instalação portuária de uso público, de modo que a perda do referido ato poderá ensejar a aplicação de penalidades, incluindo multas e restrições à continuidade das operações de importação e exportação da Companhia.

O não cumprimento dessas leis e regulamentos, a falha no atendimento de suas condicionantes ou a ausência das licenças, outorgas, alvarás, autos e autorizações necessários às operações da Companhia pode impedir a continuidade das atividades e ensejar a aplicação de penalidades à Companhia e aos seus administradores, nas esferas administrativa e criminal, além do dever de reparar eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua conduta (responsabilidade civil). Esses fatores podem resultar na interrupção temporária e/ou definitiva das atividades da Companhia, podendo afetar os seus resultados de forma adversa.

A atividade da Companhia de exploração de terminal portuário público, por meio de contratos de arrendamento, é considerada de interesse público e está sujeita a diversas regulamentações governamentais. Além disso, as atividades da Companhia também podem ser afetadas adversamente pela entrada de novos concorrentes nos portos onde opera ou pela construção de novos terminais privados (TUPs) com a mesma região de influência dos terminais atualmente operados.

A principal atividade desenvolvida pela Companhia, qual seja, operação de porto, é de interesse público e espaços arrendados à iniciativa privada e, portanto, sujeito a um ambiente altamente regulado. Aos poderes concedentes, é conferida ampla discricionariedade, podendo determinar, inclusive, que os preços cobrados pela Companhia sejam reduzidos ou os investimentos que a Companhia deve realizar sejam incrementados, ainda que observado o direito da Companhia ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento.

A implementação da estratégia de crescimento, a condução das atividades da Companhia e, conseqüentemente, os seus resultados, podem ser adversamente afetadas pelas medidas governamentais acima descritas, bem como por alterações nas leis e regulamentos aplicáveis ao setor, podendo causar aumento nos custos e/ou redução de receitas, o que poderá causar efeito adverso sobre o resultado.

Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada pela entrada de novos concorrentes nos portos onde opera ou pela construção de novos terminais privados (TUPs) com a mesma região de influência dos terminais atualmente operados, podendo aumentar a concorrência.

i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não aplicável, pois a Companhia não tem operações no exterior.

4.1 Descrição dos fatores de risco

j) às questões sociais

Os operadores de terminais em porto público são obrigados a utilizar trabalhadores portuários registrados no Órgão Gestor da Mão de Obra – OGMO além de contratar trabalhadores portuários com vínculo empregatício. O custo deste tipo de contratação pela Companhia poderá aumentar caso seja obrigada a contratar apenas trabalhadores registrados no Órgão Gestor da Mão de Obra – OGMO.

Os operadores de terminais, localizados dentro da área da Companhia, são obrigados a utilizar em parte de suas operações trabalhadores portuários registrados em um órgão, sem fins lucrativos e formado pelos operadores portuários de cada porto, denominado Órgão Gestor de Mão de Obra ("OGMO"). Atualmente esses trabalhadores, sindicalizados em seis categorias profissionais diferenciadas, em sua maioria não possuem vínculo empregatício com os operadores de terminais e, de modo geral, apresentam produtividade abaixo daqueles contratados com vínculo empregatício.

Os trabalhadores registrados no OGMO representam um custo superior de contratação tendo em vista a exigência de contratação de um número elevado de trabalhadores registrados no OGMO. Periodicamente, esses trabalhadores registrados no OGMO têm ameaçado buscar medidas governamentais ou intervenção judicial visando a aumentar o número de trabalhadores avulsos sindicalizados que os operadores de terminais são obrigados a contratar, o que importaria no aumento dos respectivos salários. Se tais medidas ou intervenções forem implementadas e obtidas, a Companhia pode ter de contratar outros trabalhadores avulsos sindicalizados ou pagar salários mais elevados, o que aumentaria os custos gerais com mão de obra da Companhia, acarretando um efeito adverso na Companhia.

A Companhia poderá ter que responder solidariamente com o OGMO pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

De acordo com o artigo 33, parágrafo 2º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, conforme alterada (Lei dos Portos), a Companhia poderá, no âmbito de discussões judiciais, ser considerada solidariamente responsável por dívidas e disputas trabalhistas ajuizadas em face do OGMO referentes à remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho, podendo ser autuada e/ou obrigada a efetuar o pagamento de dívidas cíveis e trabalhistas e multas impostas pelas autoridades competentes, causando impacto adverso no resultado da Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia, de outros prestadores de serviços logísticos na cadeia do agronegócio e das empresas terceirizadas pode afetar as suas operações.

Os empregados da Companhia, os prestadores de serviços logísticos na cadeia do agronegócio e os seus terceirizados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. As operações de transporte e de serviços logísticos podem ser afetadas em caso de paralisações significativas, greves ou redução de carga horária dos prestadores de serviços da Companhia, bem como em caso de aumento salarial, inclusive de terceirizados, caso a Companhia não seja capaz de repassar tal aumento aos seus clientes.

Qualquer paralisação significativa, redução de carga horária, aumento de salário não repassado aos seus clientes, ou outra questão envolvendo caminhoneiros ou carreteiros poderá afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, como parte substancial das atividades da Companhia é terceirizada, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de seus negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, os resultados da Companhia poderão ser impactados adversamente.

k) às questões ambientais

A Companhia poderá sofrer impactos em suas atividades, reputação e em seus negócios decorrentes da legislação e regulamentação ambientais e de acordos e tratados internacionais relativos a mudanças climáticas e sanções comerciais em geral no comércio de grãos vegetais sólidos.

As atividades da Companhia estão sujeitas à rígida legislação federal, estadual e municipal relativas à preservação ambiental. A Companhia também está sujeita à ocorrência de acidentes, tais como vazamentos, rompimentos e contaminações, que podem afetar a sua imagem e resultar na responsabilidade de reparação dos danos causados. A Companhia pode estar sujeita aos custos e aos encargos significativos impostos por agências reguladoras e outros órgãos de governos municipais, estaduais, federal.

Considerando que a legislação ambiental e sua fiscalização pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, os investimentos em bens de capital e despesas de compliance ambiental poderão aumentar consideravelmente. Ademais, as demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como eventual impossibilidade de cumprimento das exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

instalação e a operação dos empreendimentos e das atividades da Companhia, bem como, a não aprovação de novas linhas de financiamento.

Desse modo, investimentos necessários ao atendimento de regulamentação ambiental poderão acarretar reduções em outros investimentos.

Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, bem como eventuais contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios, a imagem, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia poderá ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais. O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados em seus estabelecimentos e o risco de eventual contaminação em razão das atividades desenvolvidas pode afetar adversamente o negócio da Companhia.

A legislação ambiental impõe responsabilidade civil objetiva àquele que causar, direta ou indiretamente, degradação ambiental. Portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa, bastando haver o dano como resultado da atividade desenvolvida. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente ou o pagamento de indenização a terceiros afetados poderá impedir a Companhia ou levá-la a retardar, redirecionar ou ter inviabilizados planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental em termos gerais pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais independentemente da obrigação de reparar ou indenizar o dano causado. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

Caso a Companhia cause ou de outra forma seja considerada responsável por algum dano ambiental, conforme acima, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios.

Adicionalmente, o Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (“TAC”) e/ou Termos de Compromissos (“TC”) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados em TAC e/ou TC, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

l) às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas desfavoráveis podem afetar a produção dos produtores agrícolas que vendem produtos para os clientes da Companhia, podendo ter efeitos adversos nos negócios da Companhia.

Considerando que a Companhia tem ou pode vir a ter fornecedores que adquiram produtos de empresas atuantes no setor primário, as quais sofrem grande influência das mudanças climáticas, há o risco desses fornecedores serem impactados pelos riscos físicos, tendo suas atividades, negócios e/ou patrimônio impactados por danos diretos aos ativos e impactos indiretos na cadeia de suprimentos provocados por secas, ondas de calor ou frio extremo, geadas e excesso de chuva, entre outros fenômenos naturais, que podem ocorrer ou se intensificar a partir das mudanças climáticas, afetando diretamente os negócios da Companhia pela diminuição ou interrupção da oferta dos produtos a seus clientes, de tal modo que os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

m) outros riscos não compreendidos nos itens anteriores

O governo brasileiro tem exercido historicamente e continua a exercer influência significativa sobre a economia do país. As condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar adversamente a Companhia e as cotações dos seus valores mobiliários.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e, em algumas situações, fez mudanças significativas na política e regulamentações. Algumas das ações do governo brasileiro para controlar a inflação e influenciar políticas e regulações frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais e previdenciárias, controle de preços, controle cambial e controle de remessa, desvalorizações, controles de capital e limites nas importações. O negócio, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia podem ser afetados negativamente por mudanças políticas e regulatórias de nível federal, estadual ou municipal ou fatores como: **(i)** instabilidades econômica, política e social; **(ii)** aumento da taxa de desemprego; **(iii)** taxas de juros e políticas monetárias (tais como medidas restritivas de consumo que possam afetar a renda da população e medidas governamentais que possam afetar os níveis de investimento e emprego no Brasil); **(iv)** aumentos relevantes na inflação ou forte deflação em preços; **(v)** flutuações da moeda; **(vi)** controles de importação e exportação; **(vii)** controle cambial e restrições sobre remessa internacional (como aqueles estabelecidos em 1989 e no começo dos anos 1990); **(viii)** alterações a leis ou

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

regulamentações de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos; **(ix)** esforços para implementar reformas trabalhistas, fiscais e previdenciárias (incluindo a majoração de tributos, de forma geral e especificamente sobre dividendos); **(x)** escassez e racionamentos de energia e água; **(xi)** liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimos; e **(xii)** outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Incertezas sobre a possibilidade de o governo implantar mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses e outros fatores geram incertezas na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e de títulos e dos valores mobiliários emitidos no estrangeiro por sociedades brasileiras. Essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades comerciais da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, podendo também podem afetar adversamente o preço de negociação dos seus valores mobiliários.

Tais fatores são consolidados na medida em que o Brasil emerge de uma recessão prolongada após um período de lenta recuperação, com um crescimento de 2,9% do produto interno bruto (“**PIB**”) no ano de 2023, em face ao mesmo crescimento de 2,9% para o mesmo período em 2022. Antes de 2021, o Brasil já estava enfrentando uma recessão profunda em razão das conseqüências econômicas geradas pela pandemia da COVID-19. A taxa de retração do PIB do Brasil foi de 4,1% em 2020.

Os resultados das operações e condições financeiras da Companhia foram e continuarão a ser afetados pelo enfraquecimento do PIB brasileiro. Desenvolvimentos na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, conseqüentemente, o uso de produtos e serviços da Companhia, que pode ter efeito adverso no preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios, resultados das operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como “Lava Jato”. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e do mercado de capitais. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou funcionários ou executivos de empresas surgirão no futuro.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities. Além disso, o atual governo federal do Brasil não conseguiu implementar mudanças significativas e/ou estruturais na política, estrutura fiscal ou regulamentação brasileira que pudesses contribuir para o crescimento de longo prazo no Brasil.

Ademais, Luis Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em outubro de 2022, para o mandato de quatro anos iniciado em 2023. As incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, principalmente considerando que a maioria eleita para o legislativo federal é de partido de oposição ao presidente eleito, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como o clima político instaurado após as eleições, com manifestações massivas e/ou greves, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Tais acontecimentos podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil, o que, conseqüentemente, pode impactar a cotação das ações de emissão da Companhia.

Os esforços do governo brasileiro para combater a inflação podem dificultar o crescimento da economia brasileira e poderiam afetar adversamente o valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Historicamente, o Brasil experimentou altas taxas de inflação. A inflação e certas medidas tomadas pelo governo brasileiro para contê-la, incluindo o aumento da taxa SELIC estabelecida pelo Banco Central, juntamente com a especulação sobre as

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

medidas governamentais a serem adotadas, afetaram materialmente e adversamente a economia brasileira e contribuíram para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade no mercado de capitais brasileiro e nos afetando adversamente. A inflação anual do Brasil, medida pelo índice geral de preços (Índice Geral de Preços - Mercado), foi de -3,18% em 2023, 5,45% em 2022 e 17,8% em 2021. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou inflação de 4,62% em 2023, 5,79% em 2022 e 10,06% em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou IBGE.

O aperto das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, restringiram e poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central e a redução das taxas de juros desencadearam e poderão desencadear aumentos na inflação e, conseqüentemente, aumento na volatilidade e necessidade repentina e significativa de aumento na taxa de juros, que podem afetar negativamente o negócio e aumentar os pagamentos sobre o endividamento da Companhia. Adicionalmente, há a possibilidade de a Companhia não conseguir reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos.

O Comitê de Política Monetária do Brasil (Copom) diminuiu as taxas de juros oficiais de 13,75% em dezembro de 2022 para 11,75% em dezembro de 2023. Quaisquer medidas futuras adotadas pelo governo brasileiro, incluindo reduções adicionais nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real brasileiro podem desencadear inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

Além disso, as medidas do governo brasileiro para combater a inflação que aumentam a taxa de juros podem ter efeito adverso, considerando que o endividamento da Companhia é indexado à taxa dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Pressões inflacionárias podem reduzir a capacidade da empresa de acessar o mercado financeiro externo ou levar a políticas governamentais de combate à inflação que podem ser prejudiciais para a Companhia ou afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Qualquer deterioração na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Avaliações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos em futuras emissões de dívida nos mercados financeiros. Agências de classificação regularmente avaliam o Brasil e suas notas de crédito soberano, as quais são baseadas em diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, medidas de endividamento e perspectiva de mudanças destes fatores.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável.

A Standard & Poor's subsequentemente, em abril de 2020, manteve a nota de crédito soberano do Brasil para BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa em maio de 2020. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável.

Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável. Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa em resposta aos efeitos da pandemia da COVID-19.

No entanto, em 14 de julho de 2022 a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano em BB negativo, mas revisou a perspectiva para estável. Em 14 de junho de 2023 a Standard & Poor's manteve a nota de risco de crédito soberano em BB negativo, mas revisou a perspectiva para positiva. Em 26 de julho de 2023 a Fitch elevou a nota de risco de crédito soberano para BB e manteve a perspectiva para estável. Em 19 de dezembro de 2023 a Standard & Poor's elevou a nota de crédito do Brasil e revisou a perspectiva para estável após a aprovação da reforma tributária.

Em 1 de maio de 2024 Moody's manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em Ba2, mas revisou a perspectiva para positiva. Assim, na data de apresentação deste Formulário, a nota de crédito soberano do Brasil era BB estável, Ba2 positiva e BB estável, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Quaisquer rebaixamentos adicionais das notas de crédito soberano do Brasil poderão elevar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro de emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira tem historicamente apresentado frequente e substanciais variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Em 2019, o real depreciou frente ao dólar norte-americano atingindo R\$4,0307 para US\$1,00. Em 14 de maio de 2020, frente à pandemia da COVID-19 o câmbio entre o real e o dólar

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

norte-americano era de R\$5,9372 para US\$1,00. Em 2020, o real se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em relação a 2019, atingindo R\$5,1967 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2020. Em 2021, o real depreciou ainda mais frente ao dólar norte-americano em comparação com 2020, chegando a R\$5,5805 para US\$1,00. Em 30 de dezembro de 2022 a taxa de câmbio (venda) entre o Real e o dólar norte-americano foi de R\$5,2177, uma pequena valorização em relação ao dólar norte-americano que fechou o ano de 2021. Em 29 de dezembro de 2023 a taxa de câmbio (venda) entre o Real e o dólar norte-americano foi de R\$4,8413. Não há como assegurar que o real não irá depreciar ainda mais frente ao dólar norte-americano.

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar aumento das taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo, restringe o acesso a mercados financeiros e estimula a intervenção governamental, inclusive políticas governamentais recessivas. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também causou, inclusive no contexto do abrandamento econômico, diminuição das despesas do consumidor, pressões deflacionárias e reduziu o crescimento da economia como um todo. A depreciação também poderá reduzir o valor em moedas estrangeiras das distribuições e dividendos e o equivalente em tais moedas do valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Conseqüentemente, a Companhia pode ser material e adversamente afetada pelas variações de taxa de câmbio, inclusive as relativas à conversão entre real e o dólar norte-americano.

A instabilidade e os conflitos econômicos e políticos globais, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira ou os resultados operacionais da Companhia.

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por condições econômicas e políticas instáveis e conflitos geopolíticos, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. O atual conflito militar e sanções relacionadas, bem como controles de exportação/importação ou ações que possam ser iniciadas por nações como o Brasil e outras incertezas em potencial podem prejudicar os negócios e/ou a cadeia de suprimentos, dos seus acionistas, parceiros de negócios ou clientes da Companhia, e pode causar mudanças nos padrões de negócios de seus clientes e interromper a sua necessidade por serviços de elevação portuária.

Os custos de inflação, energia e commodities podem flutuar como resultado do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as sanções econômicas relacionadas. Essas flutuações podem resultar em um aumento em seus custos de transporte para distribuição, custos de serviços públicos para as lojas de varejo e custos de compra de produtos de seus fornecedores. Um aumento contínuo nos custos de energia e *commodities* pode afetar negativamente os gastos do consumidor e a demanda pelos produtos da Companhia e aumentar seus custos operacionais, os quais podem ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais, sua situação financeira e seus fluxos de caixa.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os efeitos do conflito militar em curso resultaram em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros, bem como em um aumento nos preços de energia e commodities globalmente. Caso as tensões geopolíticas não diminuam ou se deteriorarem ainda mais, sanções governamentais adicionais podem ser decretadas impactando negativamente a economia global, seus sistemas bancários e monetários, mercados ou clientes dos produtos da Companhia.

Além do conflito já existente entre Rússia e Ucrânia, novos conflitos armados, como o conflito entre o grupo terrorista Hamas e o Estado de Israel, ou guerras comerciais que venham a ocorrer poderão causar interrupções de rotas de navegação internacionais e/ou a imposição de sanções internacionais com as quais a Companhia está sujeita cumprir, impedindo a realização de transações com determinados países ou indivíduos de países sancionados, ou que beneficiem direta ou indiretamente indivíduos sancionados. Pode haver também a imposição de sanções impedindo que a Companhia mantenha transações, direta ou indiretamente, envolvendo países ou indivíduos de países sancionados ou que beneficiem direta ou indiretamente indivíduos sancionados.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros e o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.1 Descrição dos fatores de risco

uma recessão global, com vários efeitos que, direta ou indiretamente, prejudicaram os mercados financeiros e da economia brasileira.

O Brasil está sujeito a acontecimentos que incluem, por exemplo: **(i)** a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos; **(ii)** o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais; **(iii)** a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China; e **(iv)** crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, impactar negativamente a cadeia de fornecimento de suprimentos de matéria-prima primordial às montadoras de caminhões e maquinários, com consequente aumento inflacionários e de taxas e juros sobre as mercadorias, entre outras, e que podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

(i) Variações climáticas, sazonalidade da safra e pragas ou doenças nas colheitas poderão impactar negativamente a produção agrícola nas fazendas reduzindo a oferta de produtos comercializáveis pelos clientes da Companhia e os nossos resultados.

(ii) As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro, assim como por condições climáticas adversas, efeitos das mudanças climáticas e outros fatores fora do controle da Companhia.

(iii) A Companhia pode não ser capaz de cumprir os termos de seus contratos de arrendamento portuário, o que pode acarretar o pagamento de multas, bem como outras penalidades e, a depender da gravidade do descumprimento, na perda de suas respectivas concessões, subconcessões e autorizações. Eventuais multas ou a perda do direito de exploração podem afetar os negócios da Companhia e seus resultados de maneira adversa relevante.

(iv) Um percentual substancial dos negócios da Companhia advém da prestação de serviços a um número limitado de clientes e os resultados da Companhia dependem do volume de negócios realizados com seus clientes.

(v) A instabilidade e os conflitos econômicos e políticos globais, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira ou os resultados operacionais da Companhia.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Consolidado	Risco	Taxa	Exposição	31/12/2023		
				Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros			236.942	23.126	28.908	34.689
Aplicações financeiras	CDI	9,76%	236.942	23.126	28.908	34.689
Passivos de Arrendamentos	IPCA	3,60%	98.795	3.557	4.446	5.336
Debêntures	CDI	3,60%	189.837	6.834	8.543	10.251
Debêntures	CDI	9,76%	806.081	78.674	98.343	118.011
Passivos financeiros			1.094.713	89.065	111.332	133.598
Exposição Líquida/ impacto no resultado			(857.771)	(65.939)	(82.424)	(98.909)

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 31/12/2023
Fornecedores	16.919	-	-	16.919	-	16.919
Debêntures	33.798	91.875	870.245	995.918	-	995.918
Passivo de arrendamento	16.438	19.755	185.625	221.818	123.023	98.795
Partes relacionadas	197.828	-	-	197.828	-	197.828
Outras contas a pagar	15.087	-	-	15.087	-	15.087
Passivos Financeiros	<u>280.070</u>	<u>111.630</u>	<u>1.055.870</u>	<u>1.447.570</u>	<u>123.023</u>	<u>1.324.547</u>

c) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de conversão. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Consolidado 31/12/2023
Ativo	
Caixas e equivalentes de caixa	5.809
Cientes estrangeiros	10.728
Total	<u>16.537</u>

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

	Consolidado			
	4,8410	5,1232	6,0513	7,2615
	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação – 25%	Cenário II Depreciação – 50%
Ativos em dólar				
Caixas e equivalentes de caixa	1.237	1.452	(1.452)	(2.905)
Cientes estrangeiros	3.733	2.682	(2.682)	(5.364)
	<u>4.970</u>	<u>4.134</u>	<u>(4.134)</u>	<u>(8.269)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,1232/US\$1,00.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$3,8671 / US\$1,00) e de 50% (R\$2,5781/ US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos não sigilosos relevantes

A Companhia, e sua antiga controlada EPSA, são parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados a questões ambientais, cíveis, regulatória, trabalhistas e tributárias no curso normal de seus negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, foram selecionados os processos que a Companhia entende que, com base na análise e avaliação de seus assessores jurídicos, bem como seu julgamento de negócios, poderiam influenciar decisões de investimento. A Companhia considera relevantes os processos em razão do valor envolvido ou em razão dos riscos relacionados à matéria discutida.

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nesse sentido, o valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado, conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Quando a Companhia toma ciência da existência de um processo, de qualquer natureza, seja judicial ou administrativo, ela inicialmente faz uma primeira avaliação e apuração do montante, os riscos e as chances de perda relacionadas à demanda. Posteriormente, o processo é encaminhado para os assessores legais da Companhia, que irão fornecer auxílio para a Companhia não só na condução da ação, mas também na tomada de decisão sobre eventual provisionamento e o seu valor.

Em virtude da data de constituição da Companhia e do início de suas atividades, não existe provisionamento para os processos em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou, em milhares de reais, as seguintes provisões para ações de natureza ambiental, cível, regulatória, trabalhista e tributária vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, nas datas abaixo indicadas:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Cíveis, regulatórias e ambientais	R\$ 30.328	R\$34.280
Trabalhistas	R\$ 28.198	R\$33.151
Tributárias	R\$ 2.391	R\$1.965
Total	R\$ 60.917	R\$69.396

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia, e sua antiga controlada EPSA, estavam sujeitas em 31 de dezembro de 2023, segregados conforme sua natureza.

Os referidos processos são acompanhados por assessores legais especializados, que orientam a Companhia, quanto à possibilidade de perda e posicionamento dos órgãos julgadores de forma a manter as provisões para contingências sempre atualizadas.

a) Processos Ambientais

Auto de Infração nº 02027.004406/2022-11	
a) Juízo	Administrativo
b) Instância	Administrativo
c) Data da Instauração	09/06/2022
d) Partes do processo	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e antiga controlada Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.041.825,10
f) Principais fatos	Trata-se de auto de infração ambiental por lançamento de resíduos sólidos (mancha negra com forte odor) ou rejeitos no mar ou quaisquer recursos hídricos.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões até o momento.
h) Estágio do processo	Apresentada defesa da Companhia. Aguarda-se a instrução processual
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por tratar-se de matéria ambiental.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional.

Auto de Infração nº 02027.003061/2022-70	
a) Juízo	Administrativo
b) Instância	Administrativo
c) Data da Instauração	31/08/2022
d) Partes do processo	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e antiga controlada Elevações Portuárias S.A.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$34.046.053,03
f) Principais fatos	Trata-se de auto de infração ambiental por lançamento de resíduos sólidos (mancha negra com forte odor) ou rejeitos no mar ou quaisquer recursos hídricos.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões até o momento.
h) Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento.
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por tratar-se de matéria ambiental.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional.

b) Processos Trabalhistas

Ação Civil Pública nº 1000163-41.2022.5.02.0444	
a) Juízo	Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região
b) Instância	2ª instância
c) Data da Instauração	06/03/2022
d) Partes do processo	Ministério Público do Trabalho e antiga controlada Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.250.627,07
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT objetivando a condenação da Elevações Portuárias para cumprimento da cota legal de PCDs e na condenação em dano moral coletivo. A ação civil pública foi julgada procedente em sede de 1ª instância e, atualmente, aguarda julgamento do Recurso Ordinário interposto pela Elevações Portuárias.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença julgando a ação procedente, para determinar que a Elevações portuárias cumpra a cota legal de PCDs, sob pena de multa diária de R\$50.000,00. Houve também condenação no pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$500.000,00.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Aguarda-se o julgamento do Recurso Ordinário interposto pela Elevações Portuárias.
h) Estágio do processo	Recursal
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trata-se de uma ação civil pública em matéria trabalhista.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional

Ação Civil Pública nº 1001142-05.2019.5.02.0445	
a) Juízo	Tribunal Superior do Trabalho
b) Instância	Tribunais Superiores
c) Data da Instauração	26/11/2019
d) Partes do processo	Ministério Público do Trabalho e antiga controlada Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$7.708.560,38
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT objetivando a condenação da Elevações Portuárias em obrigações de fazer e não fazer referentes à manutenção de máquinas e equipamentos, além do pagamento de dano moral coletivo. Atualmente, aguarda-se o julgamento de Agravo de Instrumento interposto pelo MPT contra a decisão que negou o seguimento ao Recurso de Revista do MPT.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença que julgou a ação procedente, para determinar que a Elevações Portuárias cumpra as obrigações de fazer e não fazer referentes à manutenção de máquinas e equipamentos, sob pena de multa de R\$50.000,00, por obrigação descumprida, além do pagamento de danos morais coletivos no importe de R\$2.000.000,00. Decisão de Embargos de Declaração que manteve a sentença. Proferido Acórdão pelo TRT da 2ª Região, que deu provimento ao Recurso Ordinário da Elevações Portuárias, para afastar o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer, bem como da multa por descumprimento e do pagamento de dano moral coletivo. A ação tornou-se improcedente.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Acórdão de ED que manteve o Acórdão de Recurso Ordinário. Aguardando julgamento do Recurso de Revista do MPT.
h) Estágio do processo	Recursal
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trata-se de uma ação civil pública em matéria trabalhista.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional

Ação Civil Pública nº 1000781-34.2018.5.02.0441	
a) Juízo	Tribunal Superior do Trabalho
b) Instância	Tribunais Superiores
c) Data da Instauração	19/09/2018
d) Partes do processo	Ministério Público do Trabalho e antiga controlada Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$654.921,46
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo SINTRAPORT objetivando a condenação da Elevações Portuárias em obrigação de fazer, consistente na manutenção do plano de saúde com custeio integral pela empresa, bem como a devolução dos valores descontados a título de coparticipação. Atualmente, a ação civil pública aguarda julgamento do Agravo Interno interposto pela Elevações Portuárias contra a decisão do TST que seguiu seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Elevações Portuárias.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença que julgou a ação procedente, para determinar que a Elevações Portuárias cumpra obrigação de fazer, consistente na manutenção do plano de saúde com custeio integral pela empresa, bem como a devolução dos valores descontados a título de coparticipação, sob pena de multa de R\$100,00, por dia e por empregado. Houve antecipação dos efeitos da tutela. Elevações Portuárias passou a cumprir a obrigação. Proferido Acórdão pelo TRT da 2ª Região, que manteve a sentença. Acórdão de ED que manteve o Acórdão de RO.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Denegado seguimento ao Recurso de Revista da Elevações TST negou provimento ao Agravo de Instrumento da Elevações Portuárias. Aguardando julgamento de Agravo Interno da Elevações Portuárias no TST.
h) Estágio do processo	Recursal
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trata-se de uma ação civil pública em matéria trabalhista.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

Em 31 de dezembro de 2023, nenhum dos processos judiciais ou administrativos detalhadamente descritos no item 4.4 acima foram classificados como risco de perda provável.

Sem prejuízo do disposto acima, o valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes em 31 de dezembro de 2023 descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência é R\$ 60.917 mil e foi registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia após a combinação de negócios com EPSA, com base no laudo econômico-financeiro de alocação do preço pago, elaborado por empresa de avaliação independente, que apontou certos processos judiciais com risco de perda possível.

A provisão desses processos como risco de perda possível foi constituída de acordo com as regras contábeis do CPC 25 e CPC 15, que considera as contingências possíveis, com as devidas considerações de valor justo, passíveis de provisão.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e sua antiga controlada EPSA, não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

Ademais, em complemento às informações colocadas no item 4.4, a Companhia esclarece que todos os processos referentes à Elevações Portuárias S.A. foram transferidos para a CLI Sul, em decorrência da Incorporação. Para mais informações acerca da reorganização societária, vide item 1.2 deste Formulário de Referência.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

Todas as contingências relevantes foram divulgadas nos itens acima.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Descrição dos controles internos

a) *as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) *as estruturas organizacionais envolvidas*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) *se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d) *deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente*

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Anualmente, a Companhia recebe as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciados dos auditores independentes, propõe um plano de ação e trabalha durante o ano para corrigir quaisquer deficiências identificadas.

O relatório circunstanciado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não apontou a existência de deficiências significativas de controles internos.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

5.2 Descrição dos controles internos

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em 2023, os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia reforçou a processos e controles, principalmente relacionado ao processo de fechamento contábil e construções de suas demonstrações financeiras, endereçando de forma satisfatória a deficiência de controle significativa apontada em 2022.

Em 2023, outras deficiências apontadas pela auditoria estão sendo levadas em consideração no plano de trabalho de 2024.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

5.3 Programa de integridade

5.3. Programa de integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota a estrutura de governança e compliance da sua controladora, CLI Norte.

A Companhia avalia, monitora e atualiza periodicamente o arcabouço de leis e regulamentos relativos aos seus negócios. Os processos atinentes aos negócios da Companhia, bem como seus riscos inerentes são avaliados e monitorados periodicamente, de modo a servir de base para atualizações e melhorias nos procedimentos de compliance da Companhia e na mitigação de riscos de não aderência e conformidade às leis e regulamentos, sempre que necessárias, seja em função de mudanças no arcabouço legal ou regulatório inerente às suas atividades, ou de acordo com a evolução e/ou mudanças em seus negócios.

Reafirmando o compromisso da Companhia com o tema, são promovidos treinamentos periódicos com os colaboradores de todos os níveis.

Em complemento ao seu “Código de Ética e Conduta”, a Companhia possui as políticas descritas abaixo, que auxiliam na gestão do seu Programa de Compliance:

Política de Prevenção à Corrupção, Suborno e Lavagem de Dinheiro: esta política aborda tópicos sensíveis relacionados à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, incluindo o recebimento e oferta de brindes, conflitos de interesse, contratos, acordos, fusões, licenças, autorizações e permissões. A política proíbe expressamente o recebimento e oferta de brindes, presentes e hospitalidades que possam influenciar a tomada de decisões. Também são estabelecidos limites e requisitos para esses recebimentos e ofertas. A política também se concentra em evitar relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas ligadas a atos de corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, além de trazer orientações sobre como registrar e documentar as operações financeiras.

Política de Interação com Agentes Públicos e Terceiros: a base para o relacionamento com agentes públicos e terceiros começa com a *due diligence*, que é uma operação necessária e obrigatória prévia em contratações, parcerias, consultorias e outros relacionamentos. A política orienta os colaboradores sobre o que não deve ser feito nesses contatos, como fraude em licitações públicas e

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

5.3 Programa de integridade

interferência em fiscalizações e investigações. Também há um procedimento formal para o contato com esses agentes, devendo ser realizadas atas quando forem encontros pessoais e monitoramento telefônico caso não. A política prevê a contratação de pessoas físicas ou jurídicas vinculadas a agentes públicos ou a pessoas politicamente expostas somente mediante análise da Comissão de Integridade e do Conselho de Administração. Também são estabelecidas cláusulas contratuais específicas, como a anticorrupção e de integridade, e é realizado um monitoramento contínuo de terceiros.

Política de Gestão de Riscos de Mercado: esta política tem como objetivo controlar e gerenciar os riscos de mercado e proteger a empresa dos riscos que possam aumentar a volatilidade do resultado e/ou fluxo de caixa. Ela define os instrumentos financeiros permitidos e os limites, bem como os impactos fiscais e as ações que devem ser tomadas para reduzir incertezas no negócio. A política apresenta procedimentos para a gestão de riscos, atos e ações de controladoria, além da necessidade de planejamento, clareza e transparência. Também são estabelecidas auditorias obrigatórias para um bom controle e certificação.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui recursos e ferramentas para monitoramento e tratamento de situações relacionadas ao programa de integridade (Compliance), bem como a aplicação de treinamentos e avaliações periódicas de riscos. Os treinamentos são realizados de acordo com a necessidade, com frequência mínima anual.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O “Código de Ética e Conduta” aplica-se a todas as pessoas que tenham qualquer relação com a Companhia, tanto interna, quanto externamente, sejam colaboradores, conselheiros, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços ou qualquer outra categoria.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do “Código de Conduta e Ética” da Companhia, a “Comissão de

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

5.3 Programa de integridade

Integridade” será acionada, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no “*Código de Conduta e Ética*”, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: **(a)** advertência por escrito; **(b)** suspensão; e **(c)** demissão/desligamento, incluindo por justa causa. No caso dos prestadores de serviço, parceiros de negócio e terceiros aplicar-se-ão as disposições contratuais que regem cada relação contratual.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A última versão do “*Código de Conduta e Ética*” foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em maio de 2023, e está disponível para consulta no website da Companhia (<https://cli-br.ouvidoriacompliance.com.br/>).

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- (i) *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

A Companhia possui um canal interno de denúncias chamado de “Canal de Integridade”, disponível por meio do site <https://cli-br.ouvidoriacompliance.com.br/> ou pelo telefone 0800 740 4774. O responsável pela gestão do canal de denúncia é uma empresa terceirizada.

- (ii) *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

Conforme descrito acima, os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno/externo.

- (iii) *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*

O anonimato é garantido para os colaboradores e pessoas externas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que inferem as regras de conduta ética.

- (iv) *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

Todos os casos reportados são apurados pela Comissão de Integridade, que responde ao Conselho de Administração.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

5.3 Programa de integridade

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não teve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui “*Código de Conduta e Ética*” que regula as relações de seus colaboradores com, entre outros, com a Administração Pública.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

5.4 Alterações significativas

5.4. Alterações significativas

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.						
15.114.494/0001-02	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024		
Não						
435.000.500	80,000	0	0,000	435.000.500	80,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Rumo S.A.						
02.387.241/0001-60	Brasil	Sim	Não	30/04/2024		
Não						
108.750.125	20,000	0	0,000	108.750.125	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
543.750.625	100,000	0	0,000	543.750.625	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.				15.114.494/0001-02	
BRASIL TERMINAIS LOGÍSTICOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA					
46.339.929/0001-40	Brasil	Sim	Não	17/11/2023	
Não					
82.477.705	50,000	11.239.603	100,000	93.717.308	53,190
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PE SOPP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR					
30.317.453/0001-07	Brasil	Sim	Não	17/11/2023	
Não					
56.655.179	34,346	0	0,000	56.655.179	32,155
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
SOPP INFRA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA					
36.200.547/0001-88	Brasil	Sim	Não	17/11/2023	
Não					
25.822.526	15,654	0	0,000	25.822.526	14,656
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.				15.114.494/0001-02		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
164.955.410	100,000	11.239.603	100,000	176.195.013	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

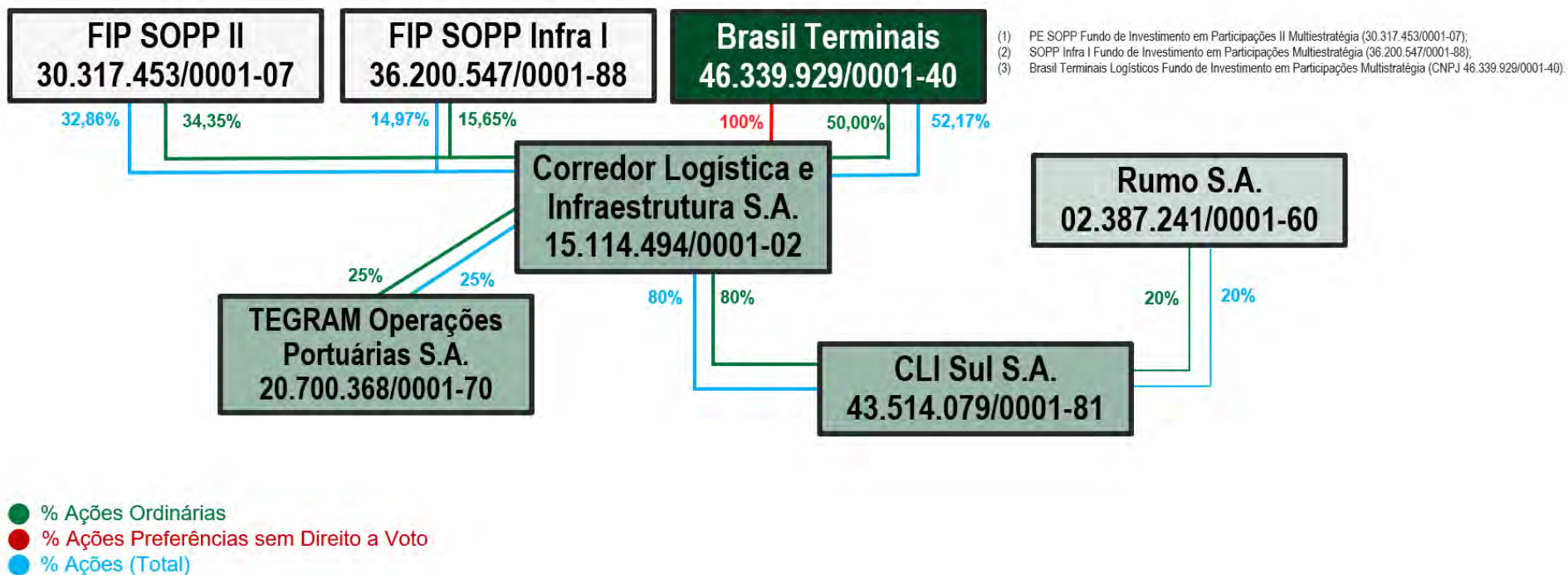
6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

Formulário de Referência - 2024 - CLI Sul S.A.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Ausência de cotista controlador nos Fundos de Investimento em Participações que são acionistas indiretos da Companhia / Gestão discricionária de gestores de fundos de investimentos

Em complementação às informações prestadas nos itens 6.1/6.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que os fundos que são seus acionistas indiretos, a saber, PE SOPP Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("PE SOPP"), SOPP INFRA I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("SOPP INFRA") e Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Brasil FIP" e, em conjunto com o PE SOPP e o SOPP INFRA, "FIPs"), são geridos de forma discricionária por gestores profissionais, e as principais decisões envolvendo os FIP's são tomadas pelos respectivos Comitês de Investimento, compostos por indivíduos apontados conforme seus regulamentos. Ademais, a Companhia informa que a Vórtx Serviços Fiduciários Ltda., na qualidade de administradora do PE SOPP e do SOPP INFRA, e o BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, na qualidade de administradora do Brasil FIP, são sociedades devidamente autorizadas pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, e foram devidamente contratadas pelos respectivos FIPs.

O Brasil FIP possui um Comitê de Investimentos, que é responsável pelas decisões de investimento do fundo, aprovando e acompanhando os seus investimentos e desinvestimentos, a performance e, também, as atividades da administradora e da gestora do fundo. O Comitê de Investimento é formado pelos Srs. Fernando Lohmann e Thomas Skinner. O Brasil FIP é gerido pela BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.

O PE SOPP e o SOPP INFRA, por sua vez, não possuem comitê de investimentos, sendo geridos pela IG4 Capital Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de gestão de carteira de valores mobiliários. O Sr. Gustavo Nickel Buffara de Freitas é o diretor responsável pela atividade de gestão profissional de recursos de terceiros desenvolvida pela sociedade.

Finalmente, os FIPs não possuem um cotista controlador, considerando o mesmo critério que, se fossem companhias abertas, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não possui cotista: **(i)** que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações das respectivas assembleias gerais e o poder de eleger a maioria dos seus administradores; e **(ii)** que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos seus órgãos, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

6.6 Outras informações relevantes

Além das informações expostas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 6 que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal**7. Assembleia Geral e Administração****7.1. Principais características dos órgãos da administração e do conselho fiscal****a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d) Por órgão:**(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero**

Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	0	0	0	0
Total de Membros	0	9	0	0	0

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal*(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça*

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	1	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	1	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Total de Membros	1	8	0	0	0	0	0

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não agrupa seus administradores por outros atributos de diversidade.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:

A Companhia não possui objetivos específicos com relação a diversidade de gênero, cor ou raça para os membros dos órgãos da administração.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:

Os riscos e as oportunidades relacionados ao clima são temas abordados constantemente nas reuniões do Conselho de Administração, nas quais acompanha-se e discute-se eventuais formas de aprimoramento no gerenciamento dos riscos relacionados à atividade da Companhia. Os temas também são levados em consideração nas reuniões do Comitê de ESG, que ocorrem bimestralmente.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	9	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	1	8	0	0	0	0	0

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração**7.2. Informações relacionadas ao Conselho de Administração, indicar:****a) *Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) *De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) *Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ALTAMIR PEROTTONI JUNIOR **CPF:** 024.181.339-58 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 04/05/1978

Experiência Profissional: Altamir é Diretor de Inteligência Competitiva e Precificação da Rumo, também ocupou a cadeira de Diretor Comercial entre 2019 e 2024. Possui experiência sólida ao longo de sua carreira, passou pela Votorantim Cimentos, Braskem, entre outras empresas de grande porte. Altamir possui graduação em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná, pós-graduação em gestão de negócios e MBA executivo, entre outras formações.

Altamir declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)		30/04/2024	Não	30/04/2024

Nome CARLOS GABRIEL PRADELA **CPF:** 081.447.657-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 17/09/1980
EXPOSITO MOTTA

Experiência Profissional: Motta é o Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da CLI Sul. Com mais de 20 anos de experiência profissional em diversos setores da economia, Motta passou por grandes empresas, como El Paso Petróleo, Louis Dreyfus Commodities, Telefônica-Vivo, Gol Linhas Aéreas, InterCement Brasil e Portugal, e mais recentemente Alpargas. Suas vivências abrangem atuações em Planejamento Estratégico, Fusões e Aquisições, Tesouraria e Relações com Investidores. Nos últimos anos. Liderou importantes captações que ultrapassaram R\$10 bi através de operações no mercado de capitais. Motta é formado em Administração de Empresas pelo IBMEC-RJ e tem um MBA em Finanças Corporativas pela FGV-SP.

Motta declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2024	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		30/04/2024	Sim	10/05/2023

Nome EUDIS FURTADO FILHO **CPF:** 070.187.186-51 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 05/06/1985

Experiência Profissional: Eudis é vice-presidente comercial não estatutário da Rumo desde novembro de 2023, tendo anteriormente ocupado o cargo de diretor de Inteligência de Mercado e Pricing da Rumo. Atua na Rumo desde 2010, e nesse período ocupou cadeiras da área comercial da Rumo. Antes de entrar na Rumo, Eudis trabalhou na MRS Logística. Formou-se em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, possui especialização pelo Insper e por Harvard, e cursa Mestrado em Economia na Universidade Federal do Paraná.

Eudis declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Não	30/04/2024

Nome FELIPE RODRIGUES TONETTI **CPF:** 382.730.408-36 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 21/04/1988

Experiência Profissional: Felipe é Diretor na IG4 Capital. Antes de se unir ao time da IG4 Capital, trabalhou na área de M&A da BRF (2016-2017), uma das maiores empresas de alimentos do mundo, e portfolio company da Tarpon Investimentos. Felipe também trabalhou na área de Planejamento Financeiro e Estratégico do Beleza Natural (2014-2016), uma empresa de produtos e serviços de beleza, e portfolio company da GP Investimentos. Previamente, Felipe foi Analista da GP Investimentos (2012-2014), onde trabalhou na transação do Beleza Natural e participou de diferentes oportunidades nos setores de real estate, consumo e educação, entre outros. Felipe é graduado em Administração pela Universidade de São Paulo.

Felipe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome Hélcio Tokeshi **CPF:** 077.656.978-38 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 14/09/1964

Experiência Profissional: Helcio Tokeshi é o Presidente do Conselho de Administração da CLI Sul, além de Managing Director e Chief Economist na IG4 Capital. Antes de se juntar à IG4, ele atuou como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (2016-2018). Antes disso, foi Sócio na GP Investimentos (2014-2016), onde atuava com foco em investimentos em infraestrutura. Antes da GP Investimentos, ele foi Managing Director na EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos), uma empresa dedicada a projetar, estruturar e implementar projetos de infraestrutura em parceria com o BNDES e o governo brasileiro (2009-2013). Antes da EBP, Helcio trabalhou na McKinsey, começando como Associate e progredindo até o cargo de Associate Principal (1999-2004 & 2006-2008). Adicionalmente, ele atuou como Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (2004-2006) e trabalhou como Economista do Banco Mundial em Washington, D.C. (1997-1999). Helcio é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, mestre em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e realizou estudos doutorais na University of California, Berkeley.

Helcio declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2024	Sim	30/04/2024
Diretoria	30/04/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome LUIS FERNANDO PEREIRA DAS NEVES **CPF:** 909.481.497-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 16/08/1967

Experiência Profissional: Luis Fernando é o Diretor Presidente e de Operações da CLI Sul. Com mais de 30 anos de experiência profissional em diversas empresas dos ramos de alimentos, agronegócios e de transporte, Luis ocupou funções relevantes em grandes empresas como Bunge, CHS e Rumo Logística, tendo também fundado e gerido empresa própria de consultoria e de desenvolvimento de negócios. Luis Fernando é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem Especialização em Indústrias de Cereais pela ENSMIC/França e MBA pela BSP/SP.

Luis declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2024	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Nome MARCOS PEPE BERTONI **CPF:** 268.691.728-89 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/01/1978

Experiência Profissional: Marcos é Chief Operating Officer (COO) na CLI Norte, Membro do Conselho de Administração do Tegram – Terminal de Grãos do Maranhão e atua há 12 anos no agronegócio. Antes da CLI, Pepe trabalhou no grupo Cantagalo General Grains por 4 anos como Chief Operating Officer e na Nidera Sementes Ltda por 7 anos como Head of Operations, HSE and Projects. Pepe é administrador de empresas pela Universidade Paulista – UNIP com cursos de Contabilidade Financeira e Turnaround Management pela Fundação Getúlio Vargas.

Marcos declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	24/06/2022

Nome THOMAS MARSHALL SKINNER **CPF:** 237.378.358-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 26/05/1986

Experiência Profissional: Thomas é Vice-presidente Sênior na equipe do Macquarie Asset Management (MAM) no Brasil, com base em São Paulo. Sua função inclui a originação e execução de novas transações no setor de infraestrutura, além da gestão dos investimentos do MAM no Brasil. Antes de se mudar para São Paulo em 2014, Thomas trabalhou em Sydney, focando em investimentos e gestão de ativos no setor de transporte/infraestrutura. Previamente ao seu ingresso na Macquarie e durante seus estudos universitários, ele trabalhou na área de contencioso tributário no renomado escritório de advocacia Clayton Utz, na Austrália. Atualmente, Thomas representa o Macquarie no Conselho de Administração da CLI. Além disso, ele é membro do comitê de investimentos da Solví, líder nacional em gestão de resíduos sólidos. Thomas é bacharel em direito e administração (finanças) pela University of Technology Sydney.

Thomas declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui comitês instalados.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Acordos/seguros dos administradores

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos Administradores

8.1. Política ou prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) composição da remuneração, indicando:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,40	2,70		7,10
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Membros sem remuneração	Membros sem remuneração		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,80		5,80
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Membros sem remuneração	Membros sem remuneração		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Esclarecimento		Membros sem remuneração		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP		
Total da remuneração		0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,00		2,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Esclarecimento		Membros sem remuneração		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP		
Total da remuneração		0,00		0,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Outorga de opções de compra de ações

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções em aberto

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas e ações entregues

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues diretamente aos beneficiários

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.10 Outorga de ações

8.10. Outorga de ações

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Precificação das ações/opções

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Participações detidas por órgão

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdência

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Mecanismos de remuneração/indenização

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração**

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0%	0%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0%	0%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0%	0%	0%

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0%	0%	0%

Formulário de Referência - 2024 - CLI Sul S.A.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Remuneração – Outras funções

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**8.19. Remuneração reconhecida no controlador/controlada**

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedade sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedade sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedade sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedade sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações relevantes

As informações divulgadas nos itens acima consideram que a remuneração dos administradores da Companhia (a qual engloba a remuneração fixa e a remuneração variável) é paga pela sua controladora CLI Norte.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
09/09/2022	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a serem preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pela IASB.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$886.297,38.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

.....

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

Item não aplicável, considerando que os auditores independentes não prestaram quaisquer serviços além de auditoria externa, conforme descrito nos itens 9.1/2 acima.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Outras informações relevantes

Não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantes com relação aos assuntos tratados nesta Seção 9.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

10.1 Descrição dos recursos humanos**10. Recursos Humanos****10.1. Descrição dos recursos humanos**

a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

c) índice de rotatividade

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Alterações relevantes

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Políticas e práticas de remuneração dos empregados:

a) política de salários e remuneração variável

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) política de benefícios

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Relações entre o emissor e sindicatos

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com Partes Relacionadas

11.1. Regras, políticas e práticas

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	01/01/2023	0,00	9.968.000,00	Não aplicável.	1 ano – renovado automaticamente por iguais e sucessivos períodos.	Não aplicável.
Relação com o emissor	Acionista controlador					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo CLI S.A. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde ao montante transacionado no último ano e no campo “saldo existente” corresponde ao valor em aberto em 31 de dezembro de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo CLI S.A. para manutenção operações no curso normal dos negócios.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	01/01/2022	1.253.000,00	10.000,00	Não aplicável.	Indeterminado.	Não aplicável.
Relação com o emissor	Empresa coligada ao acionista minoritário (Rumo)					
Objeto contrato	O produto é adquirido via requisição de compras – spot. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de dezembro de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (v)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Compra de lubrificantes para utilização nas atividades operacionais					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Logisport Armazéns Gerais S.A.	24/05/2018	11.902.000,00	1.984.000,00	Não aplicável.	Indeterminada.	Não aplicável.
Relação com o emissor	Empresa coligada ao acionista minoritário (Rumo)					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Locação do imóvel situado na Avenida São Judas Tadeu, nº 880, Sumaré, Estado de São Paulo, matriculado sob o nº91.262, no Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde ao montante transacionado no último ano e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de dezembro de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iv)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido, sem ônus a qualquer das partes, bastando para tanto a comunicação de uma parte à outra da sua intenção, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação de armazém para estoque de produtos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Raízen Energia S.A. e controladas	01/04/2019	0,00	6.352.000,00	Não aplicável.	17 anos	Não aplicável.
Relação com o emissor	Empresa coligada ao acionista minoritário (Rumo)					
Objeto contrato	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iii)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
Natureza e razão para a operação	Provisão de despacho conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Raízen Energia S.A. e controladas	01/04/2019	123.488.000,00	9.077.000,00	Não aplicável.	17 anos	Não aplicável.
Relação com o emissor	Empresa coligada ao acionista minoritário (Rumo)					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde ao montante transacionado no último ano e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de dezembro de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iii)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
Natureza e razão para a operação	Serviço de elevação portuária para empresa que pertence ao grupo econômico da Rumo S.A.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Rumo S.A.	14/11/2022	36.307.000,00	160.000.000,00	Não aplicável.	18 meses	Não aplicável.
Relação com o emissor	Acionista minoritário (Rumo)					
Objeto contrato	Os antigos controladores da EPSA (Rumo) receberam um valor adicional baseado na performance do negócio, o qual estava condicionado a realização da incorporação da EPSA pela CLI Sul no prazo de 18 meses. O valor justo dessa contraprestação contingente na data da aquisição da EPSA é de R\$133.723.000,00. Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação (31/04/2023). Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (i)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Valor adicional recebido em função da performance do negócio.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Rumo S.A.	01/01/2020	0,00	2.482.000,00	Não aplicável.	Indeterminada	0
Relação com o emissor	Acionista minoritário (Rumo)					
Objeto contrato	O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, refere-se ao rateio de despesas administrativas entre CLI e Rumo. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de dezembro de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii)					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Rateio de despesas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Rumo S.A. e controladas	14/11/2022	0,00	8.294.000,00	Não aplicável.	Indeterminada	Não aplicável.
Relação com o emissor	Acionista minoritário (Rumo)					
Objeto contrato	O saldo de contas a receber, no ativo circulante, refere-se ao rateio de despesas administrativas entre CLI e Rumo. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de dezembro de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Rateio de despesas.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Rumo S.A. e controladas	17/08/2018	2.876.000,00	240.000,00	Não aplicável.	Indeterminado.	Não aplicável.
Relação com o emissor	Acionista minoritário					
Objeto contrato	Locação das estruturas do terminal de transbordo e armazenagem de cargas localizado no município de Itirapina e Jaú. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados no último ano e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de dezembro de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iv)					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido, sem ônus a qualquer das partes, bastando para tanto a comunicação de uma parte à outra da sua intenção, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação de armazém para estoque de produtos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Especificação Posição Contratual						
Rumo S.A. e controladas	01/04/2019	21.916.000,00	5.969.000,00	Não aplicável.	17 anos.	Não aplicável.
Relação com o emissor	Acionista minoritário					
Objeto contrato	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iii).					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
Natureza e razão para a operação	Serviço de elevação portuária para empresa que pertence ao grupo econômico da Rumo S.A.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas:****(n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Para evitar a materialização de conflitos de interesses, a Companhia adota as práticas de governança corporativa e os procedimentos exigidos pela legislação e políticas internas, especialmente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e Política de Interação com Agentes Públicos e Terceiros adotada pela Companhia e disponível no site da Companhia. Para mais informações acerca da Política de Interação com Agentes Públicos e Terceiros, veja item 5.3 (a) deste Formulário de Referência.

(o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Com relação aos contratos que constam no item 11.2 deste Formulário de Referência, segue abaixo a demonstração do caráter estritamente comutativo de tais:

(i) Valor adicional em função da performance do negócio

Parte relacionada	Rumo S.A.
Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	02.387.241/0001-60
Relação com o emissor	Acionista minoritário (Rumo)
Objeto contrato	Os antigos controladores da EPSA (Rumo) receberam um valor adicional baseado na performance do negócio, o qual estava condicionado a realização da incorporação da EPSA pela CLI Sul no prazo de 18 meses. O valor justo dessa contraprestação contingente na data da aquisição da EPSA é de R\$133.723.000,00. Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação (31/04/20234).

Trata-se de mecanismo de compensação negociado no contexto da aquisição da antiga controlada EPSA pela Companhia, e se relaciona a eventuais movimentações societárias envolvendo a EPSA que porventura venham a ocorrer dentro do período de até 18 (dezoito) meses a contar do fechamento da transação. Assim sendo, a negociação de referido valor adicional foi efetuada anteriormente à caracterização da Rumo como parte relacionada, e, portanto, entre partes independentes que na ocasião estavam devidamente apoiadas por assessores financeiros, contábeis e legais, e foi computada como parte do preço de aquisição da EPSA.

(ii) Rateio de despesas

Parte relacionada	Rumo S.A.
Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	02.387.241/0001-60

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Relação com o emissor	Acionista minoritário
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas entre a Companhia e a Rumo S.A.

Contrato de Centro de Serviços Compartilhados ("Contrato de CSC") originalmente celebrado entre Rumo e antiga controlada EPSA, anteriormente a aquisição da EPSA pela Companhia. No contexto da aquisição da EPSA pela Companhia, foi acordada a continuidade da prestação dos serviços de compartilhamento de serviços de forma transitória, condição muito usual em transações desta natureza utilizada para permitir a devida adequação das áreas e departamentos internos da adquirente (Companhia) às atividades da adquirida (EPSA), mediante a assinatura do "*Contrato de Prestação de Serviços Transitórios e Corporativos e Outras Avenças*" entre EPSA e Rumo em 14 de novembro de 2022 ("Contrato de Serviços Transitórios").

Assim sendo, a negociação do Contrato de Serviços Transitórios vigente até 14 de novembro de 2023, foi efetuada anteriormente à caracterização da Rumo como parte relacionada, e, portanto, entre partes independentes que na ocasião estavam devidamente apoiadas por assessores financeiros, contábeis e legais, e foi computada como parte do preço de aquisição da EPSA.

O Contrato de Serviços Transitórios regulava como eram prestados, transitoriamente, os serviços relativos às áreas de contabilidade, fiscal, compras de materiais e controle de ativos, serviços financeiros de recebimentos de clientes e pagamentos em geral, administração de pessoal (incluindo os serviços de manobreadores), tecnologia e inteligência aplicada nas informações, controle de projetos que envolvem as áreas supracitadas. Tal contrato apenas compartilha despesas, trazendo à Companhia a vantagem da economia de escala que beneficia todas as empresas atendidas pelo Contrato de Serviços Transitórios. A apuração do valor cobrado de cada empresa era feita com base em métricas específicas de cada atividade/área cujos valores unitários apurados são aplicáveis a todas as empresas que compartilham esses serviços, com base nos quantitativos mensais apurados da demanda de cada sociedade para cada atividade/área, tais como recursos humanos, *facilities*, segurança e saúde no trabalho, comunicação, sustentabilidade e meio ambiente, jurídico, suprimentos, tecnologia, finanças e áreas institucionais.

Parte relacionada	Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	15.114.494/0001-02
Relação com o emissor	Acionista controlador
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo CLI S.A. para manutenção operações no curso normal dos negócios.

Contrato de Rateio de Custos e Despesas Administrativas ("Contrato de Rateio") celebrado entre as empresas do Grupo CLI (Corredor Logística e Infraestrutura S.A.,

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Elevações Portuárias S.A. e CLI Sul S.A.), com o objetivo de garantir a eficiência na gestão de uso dos recursos e alocação de pessoal capacitado.

A concentração da estrutura administrativa *backoffice* concentra-se na CLI Norte, estrutura que disponibiliza à sua subsidiária CLI Sul, sem qualquer imposição de margem de lucro ou “mark-up”, para o desenvolvimento de suas atividades.

O rateio dos custos e despesas é determinado de maneira proporcional ao uso efetivo dos recursos por cada uma e apurado com base nos critérios definido no Contrato de Rateio.

(iii) Contratos de prestação de serviços operacionais

Parte relacionada	Raízen Energia S.A. e controladas
Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	08.070.508/0001-78
Relação com o emissor	Empresa coligada a Rumo S.A. (acionista minoritária)
Objeto contrato	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto.

Parte relacionada	Rumo S.A. e controladas
Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	02.387.241/0001-60
Relação com o emissor	Acionista minoritário
Objeto contrato	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto.

Todos os contratos de prestação de serviços operacionais da antiga controlada EPSA, seja com partes relacionadas ou quaisquer terceiros independentes, obedeceram às mesmas práticas internas de determinação de preço e parâmetros comerciais. Tanto os contratos com terceiros independentes, quanto os com partes relacionadas, foram negociados sob a mesma faixa de preço e demais condições comerciais, com pequenas variações a depender do prazo, do volume e do mercado atendido (interno e externo), não tendo sido estabelecidas quaisquer condições não-equitativas para os contratos de prestação de serviços operacionais da EPSA com partes relacionadas.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Os contratos de prestação de serviços operacionais com partes relacionadas envolvem: **(a)** a EPSA, como prestadora dos serviços de armazenagem do produto no terminal e elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do açúcar; **(b)** a Rumo S.A. (antiga controladora e atual acionista minoritária da EPSA), como prestadora de serviços de logística, incluindo transporte ferroviário; e **(c)** como clientes, empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico ao qual a Rumo S.A. pertence.

Tais contratos foram analisados no contexto da aquisição da EPSA em novembro de 2022, momento no qual foi verificado pela equipe comercial da Companhia que os preços pelo serviço de elevação portuária (valores brutos – excluindo os tributos aplicáveis) e as condições comerciais praticadas para clientes, partes relacionadas ou não, encontravam-se, de forma geral, na mesma faixa.

Eventuais reajustes de preços são aplicados nos mesmos moldes para partes relacionadas e terceiros independentes.

(iv) Contratos de locação de armazéns para estoque de produtos

Parte relacionada	Logispot Armazéns Gerais S.A.
Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	04.058.108/0001-96
Relação com o emissor	Empresa coligada a Rumo S.A. (acionista minoritária)
Objeto contrato	Locação do imóvel situado na Avenida São Judas Tadeu, nº 880, Sumaré, Estado de São Paulo, matriculado sob o nº91.262, no Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré.

Parte relacionada	Rumo S.A.
Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	02.387.241/0001-60
Relação com o emissor	Acionista minoritário (Rumo)
Objeto contrato	Locação das estruturas do terminal de transbordo e armazenagem de cargas localizado no município de Itirapina e Jaú.

Trata-se de contratos de locação estratégicos para os negócios da Companhia, cuja manutenção é necessária para a plena continuidade das atividades e negócios, os quais foram firmados anteriormente à aquisição da EPSA pela Companhia. As locadoras de tais contratos são a Rumo S.A. e a Logispot Armazéns Gerais S.A., sociedade do grupo econômico da Rumo S.A.

Tais contratos fazem parte da estratégia de negócio da Companhia, pois suas estruturas são localizadas dentro de terminais de transbordo e armazenagem de cargas no interior do estado de São Paulo que são utilizados, após a Incorporação,

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

pela Companhia para que esta possa fazer uso de regime tributário diferenciado, o qual foi concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 16 de dezembro 2023, sob o nº 108701/2023 ("Regime Especial") e, assim, otimizar as atividades de elevação de cargas.

O Regime Especial permite que a Companhia preste serviços de elevação portuária mesmo que as cargas objeto desses serviços não estejam fisicamente nas suas instalações no Porto de Santos, mas desde que tais cargas estejam nos Terminais especificamente designados na decisão de deferimento do Regime Especial.

Assim, a Companhia utiliza os espaços e estruturas objeto de referidos contratos de locação em operações em que fornece serviços de elevação portuária, atuando em conjunto com a Rumo, que provê aos mesmos clientes serviços de transporte ferroviário e rodoviário.

Nesse sentido, em atendimento ao disposto no artigo 245 da Lei das Sociedades por Ações, considerando a característica personalíssima e estratégica da locação, a Companhia negociou detalhadamente os contratos de locação quando da aquisição da EPSA, estabelecendo o "*pagamento compensatório adequado*", já que não haveria possibilidade de simplesmente buscar no mercado outros imóveis semelhantes nas mesmas localidades, dada a necessidade prática de utilizar-se dos espaços de armazenagem e estruturas que se encontram dentro dos terminais de transbordo.

Assim, qualquer alteração de local dos terminais de transbordo exigiria uma completa mudança no modelo de negócios da Companhia, com necessidade de qualificação de novos locais, um processo que pode exigir anos, e por esta razão tais contratos são essenciais aos negócios e atividades da Companhia, e as bases negociadas refletem o pagamento compensatório adequado no entendimento da Companhia.

(v) Compra de lubrificantes e combustíveis para utilização nas atividades operacionais

Parte relacionada	Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.
Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica.
CPF ou CNPJ	33.000.092/0001-69
Relação com o emissor	Empresa coligada a Rumo S.A. (acionista minoritária)
Objeto contrato	O produto é adquirido via requisição de compras – spot.

Trata-se de compra de lubrificantes e combustíveis para utilização nas atividades operacionais. A definição dos preços segue parâmetros de mercado preestabelecidos ou determinados conforme valor de mercado. Os preços dos lubrificantes, por exemplo, tomam como base os preços *spot* à época de cada compra, enquanto os preços dos combustíveis são fixados e ajustados conforme Deliberação 496 da ARSESP de 27/05/2014. Neste sentido, não há de se falar em qualquer prática não-equitativa na definição dos preços estipulados.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2024		490.228.107,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
543.750.625	0	543.750.625	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2024		490.228.107,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
543.750.625	0	543.750.625	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2024		490.228.107,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
543.750.625	0	543.750.625	

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros – Direitos e regras

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	CLIS11
Data de emissão	10/10/2022
Data de vencimento	10/10/2031
Quantidade	800.000
Valor nominal global R\$	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	806.080.385,89
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures poderão negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo Total: O resgate poderá ocorrer a partir do 48º mês, a critério da Companhia. o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido: (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (ii) de prêmio de 0,75% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis pelo prazo remanescente das Debêntures, por Dias Úteis a decorrer entre a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão.</p> <p>Oferta de Resgate Antecipado: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, o valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, conforme o caso, acrescido: (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Remuneração: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br), acrescida de uma sobretaxa de 3,20% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão.</p> <p>Garantias Reais: Cessão fiduciária de direitos creditórios da EPSA e alienação fiduciária de ações da EPSA. Com a incorporação da EPSA pela CLI Sul (“Incorporação”), a CLI Sul passou a ser a cedente fiduciária dos direitos creditórios que garantem as debêntures. Ainda, a alienação fiduciária de ações passou a recair sobre ações de titularidade da CLI Norte detidas no capital social da CLI Sul, representativas de 52% do seu capital social.</p> <p>Garantia Fidejussória: fiança prestada pela CLI Norte.</p> <p>Agente Fiduciário: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Mediante proposta da Companhia, a AGD poderá, por deliberação favorável de Debenturistas que detenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique em: (i) alteração (a) da Remuneração, (b) das Datas de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, (c) da Data de Vencimento e da vigência das Debêntures, (d) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (e) da redação de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive sua exclusão; (f) dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão, (g) da espécie das Debêntures; (ii) redução ou substituição das Garantias Reais; e (iii) criação de evento de repactuação.</p>
Outras características relevantes	<p>As debêntures são depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.</p>
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Privadas
Data de emissão	13/11/2023
Data de vencimento	11/11/2033
Quantidade	196.000
Valor nominal global R\$	196.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	189.837.377,18
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram objeto de colocação privada, sem qualquer intermediação ou esforço de venda realizado por instituição integrante do sistema de distribuição perante investidor
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo Total: O resgate poderá ocorrer a partir do 60º mês, a critério da Companhia. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia, a incidir sobre o valor indicado no item (a) ou item (b) abaixo, dos 2 (dois) o que for maior: (a) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido: (i) da Remuneração das Debêntures, calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias devidas e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (b) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, e das parcelas de Remuneração das Debêntures, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima a duration remanescente das Debêntures, na data do resgate, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do resgate, e acrescido, (i) dos Encargos Moratórios, se houver; e (ii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Remuneração: sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,6079% ao ano, base 252 ao ano, base 252 Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos. A Remuneração das Debêntures utilizará base 252 Dias Úteis e será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (inclusive) (conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração (exclusive). Garantia Fidejussória: fiança prestada pela CLI Sul e pela CLI Norte. Com a Incorporação (conforme definida acima), a CLI Norte passou a ser a única fiadora da emissão.</p> <p>Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Não se aplica.</p>
Outras características relevantes	<p>As Debêntures foram subscritas exclusivamente pela securitizadora no âmbito da securitização dos créditos imobiliários oriundos das Debêntures, para compor o lastro dos CRI, no âmbito da Operação de Securitização. Após a subscrição das Debêntures pela securitizadora, as Debêntures foram vinculadas aos CRI, nos termos da Lei 14.430, da Resolução CVM 60 e do Termo de Securitização, sendo certo que os CRI foram objeto de emissão e oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM 160 e da Resolução CVM 60.</p> <p>As Debêntures foram colocadas de forma privada, exclusivamente para a securitizadora, sem intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contou com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Debêntures em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvada a possibilidade de transferência, conforme prevista na Escritura de Emissão, sendo certo que as Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.</p>

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	63

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Mercados de negociação no Brasil

A 1ª Emissão de Debêntures da Companhia foi registrada para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, que também realiza a liquidação financeira das negociações, bem como sua custódia eletrônica.

A 1ª Emissão de Debêntures da EPSA, que foi sucedida pela Companhia em virtude da sua incorporação, foi colocada de forma privada, exclusivamente para a securitizadora, sem intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contou com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não existiam valores mobiliários de emissão da Companhia negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não existiam títulos emitidos pela Companhia no exterior.

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas**12.8. Destinação de recursos de ofertas públicas****a) *Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) *Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) *Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios*

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Outras informações relevantes

No âmbito da 2ª emissão de debêntures da CLI Norte (“Emissora”), controladora da Companhia, as ações de titularidade da Companhia na antiga controlada EPSA equivalentes a 26,66% do capital social foram dadas em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente de Liquidação, do Escriturador, da B3 e do Agente Fiduciário, e ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário venha a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão (“Obrigações Garantidas”).

Com a Incorporação, a alienação fiduciária de ações para garantia das Obrigações Garantidas passou a recair sobre ações de titularidade da CLI Norte detidas no capital social da CLI Sul, representativas de 26,66% do seu capital social.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Luís Fernando Pereira das Neves	Diretor Presidente
Declaração do diretor de relações com investidores	Diretor de Relações com Investidores

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

13.1 Declaração do diretor presidente**13. Identificação das Pessoas Responsáveis pelo Conteúdo do Formulário****13.1. Declaração do diretor presidente**

Eu, **Luís Fernando Pereira das Neves**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 7051708, inscrito no CPF sob o nº 909.481.497-87, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10989- Conjunto 142- Brooklin Paulista, CEP 04578-900, na qualidade de novo Diretor Presidente da **CLI Sul S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10989- Conjunto 142- Brooklin Paulista, CEP 04578-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 43.514.079/0001-81 ("Companhia") declaro que: **(i)** revi as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência após a data da minha posse; e **(ii)** todas as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência na forma do item (i) acima, atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20.

Assinado
LUIS FERNANDO PEREIRA
DAS NEVES
90948149787
D4Sign



Luís Fernando Pereira das Neves

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente



204 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de May de 2024, 09:12:26



CLI Sul - Formulário de Referência - VRDiretoriaLIMPA pdf

Código do documento 607fe601-d19a-455d-8efc-63619e7d9a80



Assinaturas



CARLOS GABRIEL PRADELA EXPOSITO MOTTA:08144765702

Certificado Digital

gabriel.motta@cli-br.com

Assinou



LUIS FERNANDO PEREIRA DAS NEVES:90948149787

Certificado Digital

luis.neves@cli-br.com

Assinou

Eventos do documento

28 May 2024, 19:48:51

Documento 607fe601-d19a-455d-8efc-63619e7d9a80 **criado** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email:juridico@cli-br.com. - DATE_ATOM: 2024-05-28T19:48:51-03:00

28 May 2024, 19:49:45

Assinaturas **iniciadas** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email: juridico@cli-br.com. - DATE_ATOM: 2024-05-28T19:49:45-03:00

28 May 2024, 23:22:16

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - LUIS FERNANDO PEREIRA DAS NEVES:90948149787

Assinou Email: luis.neves@cli-br.com. IP: 70.169.254.8 (wsip-70-169-254-8.oc.oc.cox.net porta: 62352). Dados do

Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB

G5,OU=A1,CN=LUIS FERNANDO PEREIRA DAS NEVES:90948149787. - DATE_ATOM: 2024-05-28T23:22:16-03:00

28 May 2024, 23:49:50

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - CARLOS GABRIEL PRADELA EXPOSITO

MOTTA:08144765702 **Assinou** Email: gabriel.motta@cli-br.com. IP: 70.169.254.9 (wsip-70-169-254-9.oc.oc.cox.net

porta: 14810). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC

LINK RFB v2,OU=A1,CN=CARLOS GABRIEL PRADELA EXPOSITO MOTTA:08144765702. - DATE_ATOM:

2024-05-28T23:49:50-03:00

Hash do documento original

(SHA256):3ed88e3d67cc51bcda7a18896d00e3533091656d48345e37afcb0eb771428ee7

(SHA512):8a10bbf02f315c8d048d957b104d3f38ffb6b3b345a98bcaa10af1b04a2e7b8491a6c2dbb30acc0a0d47d8081b433b2a2aa788bffaf0040b73eb3dc3df3a00c2

13.1 Declaração do diretor presidente



204 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de May de 2024, 09:12:26



Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Formulário de Referência – 2024 – CLI Sul S.A.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**13.2. Declaração do diretor de relações com investidores**

Eu, **Carlos Gabriel Pradela Exposito Motta**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.652.849-0, expedida pela DIC/RJ, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 081.447.657-02, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10989- Conjunto 142- Brooklin Paulista, CEP 04578-900, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **CLI Sul S.A.**, sociedade por ações, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10989- Conjunto 142- Brooklin Paulista, CEP 04578-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 43.514.079/0001-81 (“Companhia”) declaro que: **(i)** revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; **(ii)** todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Assinado
CARLOS GABRIEL PRADELA
EXPOSITO MOTTA
08144765702
D4Sign



Carlos Gabriel Pradela Exposito Motta
Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



204 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de May de 2024, 09:12:26



CLI Sul - Formulário de Referência - VRDiretoriaLIMPA pdf

Código do documento 607fe601-d19a-455d-8efc-63619e7d9a80



Assinaturas



CARLOS GABRIEL PRADELA EXPOSITO MOTTA:08144765702

Certificado Digital
gabriel.motta@cli-br.com
Assinou



LUIS FERNANDO PEREIRA DAS NEVES:90948149787

Certificado Digital
luis.neves@cli-br.com
Assinou

Eventos do documento

28 May 2024, 19:48:51

Documento 607fe601-d19a-455d-8efc-63619e7d9a80 **criado** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email:juridico@cli-br.com. - DATE_ATOM: 2024-05-28T19:48:51-03:00

28 May 2024, 19:49:45

Assinaturas **iniciadas** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email: juridico@cli-br.com. - DATE_ATOM: 2024-05-28T19:49:45-03:00

28 May 2024, 23:22:16

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - LUIS FERNANDO PEREIRA DAS NEVES:90948149787
Assinou Email: luis.neves@cli-br.com. IP: 70.169.254.8 (wsip-70-169-254-8.oc.oc.cox.net porta: 62352). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A1,CN=LUIS FERNANDO PEREIRA DAS NEVES:90948149787. - DATE_ATOM: 2024-05-28T23:22:16-03:00

28 May 2024, 23:49:50

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - CARLOS GABRIEL PRADELA EXPOSITO MOTTA:08144765702 **Assinou** Email: gabriel.motta@cli-br.com. IP: 70.169.254.9 (wsip-70-169-254-9.oc.oc.cox.net porta: 14810). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC LINK RFB v2,OU=A1,CN=CARLOS GABRIEL PRADELA EXPOSITO MOTTA:08144765702. - DATE_ATOM: 2024-05-28T23:49:50-03:00

Hash do documento original

(SHA256):3ed88e3d67cc51bcd7a18896d00e3533091656d48345e37afcb0eb771428ee7

(SHA512):8a10bbf02f315c8d048d957b104d3f38ffb6b3b345a98bcaa10af1b04a2e7b8491a6c2dbb30acc0a0d47d8081b433b2a2aa788bffa0040b73eb3dc3df3a00c2

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



204 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de May de 2024, 09:12:26



Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign